

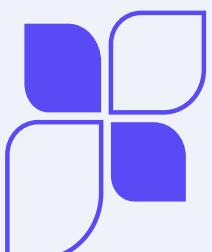


PROFuncionário
Programa de Formação Inicial em Serviço
de Profissionais da Educação Básica



Caderno 2 - Formação Pedagógica

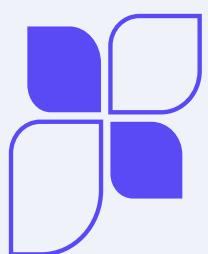
Educadores e educandos: tempos históricos





PROFuncionário

Programa de Formação Inicial em Serviço
de Profissionais da Educação Básica



Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823e Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Educadores e educandos: tempos históricos [recurso eletrônico] / Maria Abádia da Silva. - ed., rev., e atual. por Maria Abádia da Silva – Brasília: Instituto Federal de Brasília, 2025.

1 arquivo texto : 132 p. ; il. color. ; 26.3 MB. - (Programa de Formação Inicial em Serviço de Profissionais da Educação Básica; 2)

Formato: PDF.

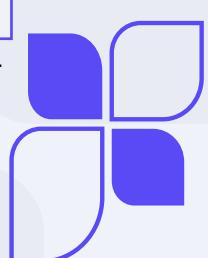
Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN 978-85-85862-42-8

1. Profissionais da educação. 2. História da educação. 3. Profissionalização. 4. Educação Básica. I. Silva, Maria Abádia. II. Título. III. Série.

CDU 37(81)(091)

Catalogação na fonte: Aryane Tada F. Santos CRB/1-2640.



Bem-vindo(a) ao Profucionário,

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), fortalece e amplia o Profucionário neste ano de 2025.

O objetivo é ofertar educação de qualidade para valorizar os/as trabalhadores/as da educação, buscando redimir a dívida histórica do Estado brasileiro para este segmento da educação básica pública.

Oficialmente, instituído pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007, o programa foi ampliado como parte da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, regulamentada pelo Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010, e reafirmada pelo Decreto nº 8.572 de 9 de maio de 2016. Contudo, em 2017, o programa foi descontinuado.

O programa foi retomado somente em 2023, com a instituição do Grupo de Trabalho (GT), responsável por avaliar a retomada e as melhorias do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público, por meio da Portaria nº 1.574, de 9 de agosto de 2023.

A continuidade da ação contou com a publicação da Portaria MEC nº 395, de 29 de maio de 2025, que institui o Programa de Formação Inicial em Serviço de Profissionais da Educação Básica - Profucionário.

Os objetivos são: promover a profissionalização específica a partir de cada área de atuação individual e coletiva no contexto pedagógico da unidade escolar; fortalecer a identidade profissional dos funcionários da escola pública da educação básica; possibilitar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica; contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas; estimular a elevação da escolaridade; e proporcionar a valorização dos profissionais da educação.

Desejamos que esta jornada, embora desafiadora, seja proveitosa e transformadora!

Um excelente curso!

São os votos do Ministério da Educação





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
Ministro de Estado da Educação

MARCELO BREGAGNOLI
Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica

Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica

FICHA TÉCNICA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Veruska Ribeiro Machado

Pró-reitoria de Ensino
Rosa Amélia Pereira da Silva

Diretoria de Educação a Distância
Jennifer de Carvalho Medeiros

Coordenação Geral do Projeto
Blenda Cavalcante de Oliveira

Coordenação Pedagógica
Juana de Carvalho Ramos Silva
Marina Morena Gomes de Araújo

Coordenação de Produção de Material Didático
Adriano Vinicio da Silva do Carmo

Orientação de Ensino Aprendizagem
Anna Vanessa Lima de Oliveira
Carolina Gonçalves Gonzalez
Vânia do Carmo Nobile

Design Educacional
Anna Oliveira Barboza
Danilo Gonçalves da Fonseca
Juana de Carvalho Ramos Silva
Juliana Parente Matias
Leandro Alves Faria
Luciano de Andrade Gomes
Ricardo Pereira Araujo

Produção Multimídia
Erika Ventura Gross
Marcos Pereira dos Santos

Revisão de Texto
Anna Oliveira Barboza
Laion Roberto Agostini Stanczyk

Apoio Administrativo
Noeme César Gonçalves

Estudantes bolsistas de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa
Gisele Silva de Siqueira
Iara Pinheiro da Silva
Mércia Dalyanne Lopes de Araújo
Pedro Henrique Assunção Alvarinho
Pérola Reginaldo das Virgens
Rita de Cássia Frazão

Estudantes bolsistas de Licenciatura em Pedagogia
Esther Lucena de Souza
Eudicleia de Oliveira Silva
Keila Alves Neri

Mensagem da autora

*"Minha presença no mundo não é a de quem nele se adapta, mas de quem nele se insere.
É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história."*

Paulo Freire

A sociedade brasileira vive inúmeros e intensos processos de mudanças, e as escolas, cada vez mais, têm de acompanhar, participar e formar cidadãos e cidadãs para lidarem com transformações, continuidades e rupturas. De nós todos que trabalhamos dentro de instituições escolares, exigem-se novas formas de atuação como profissionais da educação e, nessa tarefa, de sermos educadores e gestores num palco em que tudo acontece: a escola pública.

Nesse sentido, exige-se de nós saber que espaço é esse: a escola. Como os funcionários e funcionárias das escolas podem ser educadores? Como se educa em outros espaços dentro da escola? Como se ensina e como se aprende em outros espaços da escola? Por que a escola é diferente de outras instituições sociais? Por que todos que trabalham dentro das escolas necessitam de formação profissional?

A resposta é clara: porque a escola é um espaço público de formação intencional. Ela nos humaniza, nos torna humanos. E para compreender a si próprio, a sua relação com o outro e com a natureza, nós, homens e mulheres, nos tornamos sujeitos de nossa história em um determinado tempo e lugar. Assim, o desenvolvimento cultural permitiu aos homens e às mulheres construírem e modificarem a sua história e as suas formas de educação, a organização econômica, política e social, e viver em sociedade.

Sempre ouvimos falar de cursos de capacitação e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras como forma de conseguir um emprego ou melhorar o desempenho das funções no local de trabalho. Hoje em dia, aqueles que estão trabalhando se deparam com novos desafios, pois deles são exigidas outras atitudes e posturas. Como tomar decisões coletivas nesse contexto? Como viver a cidadania? Como agir dentro da escola, de modo a torná-la mais inclusiva, plural e democrática?

Na realidade, sabemos que, aos funcionários e funcionárias das escolas públicas, depois de seu ingresso, pouco foi oferecido para a formação continuada e para a compreensão do significado do trabalho na instituição escolar formal. Tampouco foram propiciadas as condições objetivas que contribuissem para que o seu fazer profissional se transformasse em uma tarefa educativa, de respeito, de compartilhamento, de cooperação e de aprendizagem coletiva e social.

A vontade e o compromisso de trabalhar na escola pública não são suficientes. Há de se buscar compreender os processos de trabalho na escola, as dinâmicas de atuação e participação, a valorização profissional e a formação continuada para todos que atuam nas escolas.



O ingresso na escola é o primeiro passo do/a funcionário/a, que deve ser seguido de outros, visto que a escola é um espaço de formação, criação, invenção, inovação, socialização, transmissão e apropriação de valores, princípios e sentimentos. Novas exigências têm sido cobradas dos que trabalham com educação, em todos os níveis, nos turnos diurno e noturno. Em todas as regiões do país, é preciso capacitar as secretárias, as merendeiras, os vigias, os inspetores de estudantes, as auxiliares de serviços gerais, os motoristas de transporte escolar. Não podemos ficar isolados, pois temos sempre algo a aprender. Isolados não crescemos; quando partilhamos saberes, aprendemos.

Os tempos de hoje, 2024, demandam de todos nós atitudes que educam, seja nas relações de ensino-aprendizagem entre professor e estudante, seja nas relações profissionais entre funcionários/as das escolas e estudantes, pais e comunidade local. As atividades profissionais dos/as funcionários/as desenvolvidas nos outros espaços da escola podem contribuir para o desenvolvimento da escola, dos educandos e dos educadores, por meio da participação conjunta nas decisões e de ações voltadas para uma educação de homens e mulheres ativos, propositivos, solidários e humanos.

Na verdade, nesses tempos de muita pressa, consumo e violência, toda a comunidade escolar se vê diante de outras situações do criar, recriar, ensinar e aprender, dialogar e construir. Adultos, jovens e crianças estão dentro da escola. Como se relacionar com eles? Como atraí-los com algo que tenha significado em suas vidas? Que saberes e conhecimentos você, funcionário e funcionária de escola, precisa adquirir para, com responsabilidade e postura educativa, contribuir com a formação de meninos e meninas, homens e mulheres? Você, que provavelmente todo dia está acostumado/a com seus afazeres, gostaria de exercer sua atividade com domínio de conhecimentos da dimensão formativa educativa? Certamente, temos coisas para aprender.

Na atividade que exerce, enquanto trabalha com meninos e meninas na escola, você pode agir como educador/a e acrescentar outros elementos na formação dos estudantes. Para isso, uma das maneiras de agir, interagir e intervir com responsabilidade é dominar os conhecimentos e os saberes teóricos e profissionais que nos auxiliam e nos qualificam para educar e tomar as melhores decisões diante das questões que acontecem ou que chegam às escolas todos os dias.

O que sabemos é que estamos em um rápido processo de mudanças familiares, sociais, políticas, econômicas, ambientais e tecnológicas. A sociedade brasileira torna-se cada vez mais complexa, plural, dinâmica e repleta de diversidades e diferenças. Para compreender essa sociedade, é preciso conhecer a sua história e a história das instituições escolares.

Por isso, convidamos você a mergulhar nessa história e a ajudar a construí-la!

Maria Abádia da Silva



Apresentação do Caderno

Olá! Bem-vindos e bem-vindas! Você, funcionário e funcionária de escola pública, que cursa o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - Profissional, que vai habilitá-lo a exercer, como técnico, uma das profissões não docentes da educação escolar básica. Este é o segundo Caderno dos seis da formação pedagógica, aos quais se seguirão três Cadernos técnicos comuns às quatro habilitações e sete Cadernos da formação técnica específica.

Neste segundo Caderno, dedicado à compreensão da educação, da escola e dos processos de construção das instituições escolares ao longo da história do país, você encontrará texto-base, figuras, atalhos para internet, bibliografia, informações complementares e atividades para a reflexão. Observe que, em cada unidade, vamos desenvolver um Pratique. Mas o que é um Pratique? É uma atividade ou exercício em que você pode refletir sobre o que escrevi e aquilo que você encontra, na prática, ao desenvolver seu trabalho no ambiente escolar.

Você já leu, no Caderno A (Orientações Gerais), que o seu curso tem algumas horas destinadas à Prática Profissional Supervisionada, então, neste caso, tente conciliar os Pratiques com essas tarefas ou atividades. Assim, aproveite essas atividades para aprender, criar, reinventar, discutir, discordar e propor outras ações que melhorem a sua escola e sua atuação como educador/a.

Este curso de formação técnica tem três elementos essenciais que o distingue de outros. São eles: os Pratiques, a Prática Profissional Supervisionada e o Memorial. No processo de formação, eles articulam os saberes e conceitos com a realidade de cada escola, município ou região. Há um desafio posto: querer aprender, buscar e inovar. Esta formação serve para você se posicionar e atuar diante das questões que surgem dentro da escola ou daquelas em que a escola está inserida.

Vamos recuperar o que você já sabe e estudou e acrescentar uma reflexão sobre a organização da educação e da escola brasileira, por meio dos processos históricos, políticos, econômicos e sociais. Durante sua formação e estudos, você perceberá as conquistas e lutas dos trabalhadores em defesa de uma educação pública, gratuita, obrigatória, democrática e de qualidade social.

Escrevi este Caderno para conversar com você. Junto com os autores dos Cadernos que virão, andamos por vários municípios e vimos como este curso é solicitado pelos/as trabalhadores/as das escolas. Estive junto com os/as funcionários/as cursistas, ouvi experiências, aprendi e ensinei, depois construímos reflexões em que eles/elas foram se



fazendo educadores/as, pois acreditamos em uma escola de qualidade social para nossas crianças, adolescentes e adultos.

Este curso pretende oferecer subsídios para que você possa participar e qualificar-se melhor para o desempenho de tarefas educativas no seu local de trabalho e discutir o significado do seu fazer profissional dentro da escola como cidadão/ã, técnico/a e educador/a.

Objetivo

Espera-se possibilitar aos estudantes – funcionários e funcionárias em exercício – a aquisição de conhecimentos históricos e interpretações sobre a escola e a educação como espaços coletivos, plurais, de formação humana, de contradições e de diversidade étnico-cultural. Espera-se que o cursista compreenda a educação e a escola como parte da cultura de um povo em um determinado tempo e espaço, além de compreender que a história é construída por homens e mulheres em movimentos constantes de transformação, rupturas ou continuidades.

Ementa

A educação e a escola por meio dos processos históricos. A construção, organização e o significado das instituições escolares. Educação e ensino. Funções da escola na sociedade capitalista. As relações entre classes sociais e educação. Processos educativos: projeto político-pedagógico. Políticas para a educação básica: gestão escolar e o direito à educação.

Anotações



Conheça seu Caderno

Prezado/a estudante, seja bem-vindo/a!

É importante que antes de iniciar sua leitura, você conheça bem o seu Caderno e os elementos que os compõem. Os ícones apresentados são elementos gráficos que enriquecem a comunicação visual, facilitando a organização e a leitura em contextos hipertextuais. Veja como funciona cada um:



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.

Atenção



Saiba Mais: remete o tema para outras fontes: livro, revista, jornal, artigos, noticiário, internet, música etc.

Saiba Mais



Vocabulário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.

Vocabulário



Pratique: apresenta sugestões de atividades para reforçar a compreensão do texto da disciplina e envolver o estudante em sua prática, bem como atividades para compor a carga horária de Prática Profissional Supervisionada (PPS), em planejamento conjunto entre estudante e tutor.



Refletá: apresenta um momento de pausa na leitura para refletir/escrever/conversar sobre pontos importantes e/ou questionamentos.

Refletá



Sumário

Unidade 1	
Para que estudar e compreender a educação e o ensino por meio da história?.....	16
Unidade 2	
Os colégios da Companhia de Jesus e os processos educativos.....	24
Unidade 3	
As aulas régias autorizadas por Marquês de Pombal.....	32
Unidade 4	
A Família Real portuguesa e a educação das elites dirigentes.....	42
Unidade 5	
A educação escolar nas províncias e a descentralização do ensino.....	48
Unidade 6	
A República dos Coronéis e as pressões populares pela educação escolar.....	66
Unidade 7	
Manifestos de educação: ao povo e ao governo.....	76
Unidade 8	
A ditadura militar-empresarial e a educação básica pública.....	86
Unidade 9	
Redemocratização: as lutas pelos direitos sociais e educacionais.....	98
Unidade 10	
Identidade profissional e a construção do Projeto político-pedagógico.....	106
Unidade 11	
Políticas para a educação básica pública: direito e gestão.....	118
Palavras finais.....	126
Referências.....	127
Curriculum da autora.....	132





1

**Para que estudar
e compreender a
educação e o ensino por
meio da história?**



Para que estudar e compreender a educação e o ensino por meio da história?

Em todo o país, as escolas públicas vivem momentos de ressignificação de suas funções socioculturais, políticas e pedagógicas. É cada vez maior a responsabilidade das escolas públicas com a formação integral dos estudantes de todas as classes sociais, para que estes conheçam e se apropriem de seus direitos e deveres, e saibam participar com autonomia nas decisões da comunidade.

A escola é o lugar para onde enviamos nossas crianças e adolescentes, a fim de que aprendam a cultura já produzida, aprendam a conviver com o outro e possam, também, criar e inventar objetos, vivenciar valores, sentimentos e sonhos. A escola é o lugar de aprendizagens coletivas, compartilhadas e colaborativas entre todos os seus integrantes. Será que as instituições escolares, ao longo da história, têm cumprido esse papel?

Nesta conversa, vamos dialogar sobre quando, como e de que forma as instituições escolares foram criadas no Brasil, além de discutir o significado de dois conceitos: educação e ensino. Vamos conversar também sobre a especificidade da escola na formação humana.



Ilustração de sala de aula com professor e estudantes. Fonte: Freepik

Nossas crianças e adolescentes cada vez mais necessitam de carinho, orientações, estímulos, vivências de cooperação e de solidariedade, de responsabilidade e de cidadania, que nos fazem humanos, solidários e autônomos. Nossos adultos, aqueles que, por várias razões, somente agora têm acesso à formação escolar, são nossos companheiros nesta tarefa coletiva, que é educar a própria sociedade e intervir nas decisões do bairro e do município, nas decisões sobre questões climáticas, preservação da floresta, rios e fauna, sobre o uso sustentável da água, reutilização de materiais recicláveis e, enfim, sobre a alimentação escolar.

Todos nós que trabalhamos em outros espaços da escola – secretaria, alimentação, infraestrutura e meio ambiente, bibliotecas e multimeios didáticos, como motoristas de transporte escolar – podemos contribuir de várias maneiras. Temos responsabilidades sociais em ações, vivências, práticas pedagógicas, práticas de esportes, viagens planejadas, atividades de campo, na alimentação que servimos, no zelo pelo nosso patrimônio cultural, nas formas de comunicação; enfim, somos todos convidados a educar socialmente a nós mesmos, aos outros e à sociedade.

Estamos nas escolas todos os dias. Convivemos diariamente com meninos e meninas. Em sua escola, a cozinha, o pátio, a quadra de esportes, a secretaria, a biblioteca, a área livre, os banheiros, o refeitório, o auditório, a sala de reuniões, entre outros, são alguns espaços para propor e desenvolver práticas educativas e de responsabilidade social.

Antes de prosseguir, vamos explicar dois significados: **ensino escolar** e **educação**.

Ensino significa uma atividade ofertada em uma escola pública ou privada, credenciada pelos órgãos competentes, em que se vivencia e se partilha saberes e conhecimentos, em uma relação entre professor e alunos, de maneira intencional, organizada e sistemática, com a finalidade de possibilitar que o estudante conheça, questione, interaja, aproprie da cultura produzida, se inove, atue e participe das decisões.

Quando falamos em **educação**, estamos falando de várias formas de apropriação de conhecimentos, de saberes e de ideias. A educação ocorre em todos os lugares: nos hospitais, no estádio de futebol, no Palácio da Justiça, nas associações de bairros, nas igrejas, no trânsito, nas viagens, nos meios de comunicação, nos



Refletá

Como nos preparamos para contribuir na educação de nossas crianças e adolescentes?

O que podemos fazer durante nossas atividades na escola para contribuir na formação dos estudantes?

Como os/as funcionários/as podem contribuir? Como podemos ser educadores/as e gestores/as na escola?



Saiba Mais

Para você refletir mais sobre os conceitos de educação e sobre as formas de organização da educação dos povos, leia a obra **"Sete lições sobre educação de adultos"**, de Álvaro Vieira Pinto. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

conselhos de sua cidade ou estado, nas marchas, nas passeatas, nos sindicatos, nas greves, nos partidos políticos, na floresta, nos parques da cidade, no supermercado, no consultório médico, nas escolas e em vários outros lugares em que haja contato social.

A educação é uma prática social relacional de homens e mulheres que nos humaniza culturalmente. Significa que homens e mulheres, enquanto vivem, produzem valores, conhecimentos, linguagens, ciências, crenças, técnicas, artes, danças, símbolos e rituais. Inventam, constroem, inovam, semeiam, sonham, desejam, fazem tudo que os constituem como pessoa, num território, numa cidade, numa fazenda, num Estado. Significa que nós somos seres históricos; produzimos nossa história, trabalho, memória, cultura, valores, crenças, sonhos e utopias.

A educação acontece em vários lugares e é uma prática social. O ensino escolar caracteriza-se por práticas pedagógicas intencionais, organizadas e realizadas dentro da escola pública ou privada por meio da relação entre professores/as, funcionários/as e estudantes, de maneira sistemática, programada e organizada, tendo como horizonte a apropriação da ciência, da cultura e do conhecimento historicamente produzido pelo/a estudante, que poderá receber um certificado, diploma ou título.

A escola é uma instituição social, pois aspira ao bem comum e ao coletivo, aos valores democráticos, à diversidade cultural, ao respeito, à liberdade de expressão, à fraternidade e à justiça social. Sua principal atividade é o ensino e a aprendizagem do/a estudante socialmente reconhecido/a.

Todos nós nos educamos coletivamente por meio de ações, atitudes, vivências, programas, projetos, propagandas, exposições, livros, filmes, marchas, passeatas, viagens, teatro, festas juninas, rituais religiosos, comícios, excursões, palestras e outras tantas maneiras de nos apropriarmos daquilo que homens e mulheres produzem e sonham. As escolas fazem parte de um conjunto de instituições políticas e sociais que compõem a sociedade. Por exemplo: creches, igrejas, hospitais, partidos políticos, prefeituras, Ministérios Públicos, o Supremo Tribunal Federal, o Senado Federal, Delegacias da Mulher, Assembleias Legislativas, Conselhos Tutelares, Santas Casas, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Prontos-socorro e muitas outras.

Atualmente, percebemos muitas mudanças nas famílias, na economia, na política, na religião, no trabalho. As escolas públicas

ou privadas também mudam. Como parte das mudanças sociais, as escolas passaram a ter funções muito importantes; além de ensinar a ler, a escrever e a contar, agora exige-se de todos os profissionais da educação uma prática voltada para o respeito às diferenças, para saber conviver com a diversidade de culturas e para a construção coletiva de práticas de uma gestão democrática. Portanto, exige de nós criar, inventar, modificar rotinas, propor, construir, além de aprender a respeitar o meio ambiente, as florestas, o patrimônio público, as culturas diferentes, a diversidade étnica. Observe que compreender quando, como e onde acontece a educação pode nos auxiliar a ler o mundo e agir sobre ele, como nos ensinou Paulo Freire.



Merenda escolar sendo distribuída para estudantes. Fonte: Canva

A cultura de um povo, de uma civilização, sobrevive pelas práticas de recriação e de transmissão quando os mais velhos comunicam aos mais novos as suas tradições, rituais, crenças, cerimônias, festas e maneiras de falar; enfim, sua cultura. A transmissão, as trocas, a socialização e a produção de alternativas para melhorar a convivência e o diálogo com o outro possibilitam que a cultura e a educação caminhem juntas, se modifiquem e se recriem. A memória se torna viva e ativada por meio de ações, atos, atitudes e práticas, que são processos educativos e sociais.

Sabemos que alguns acontecimentos são esquecidos rapidamente, enquanto outros permanecem na memória das pessoas. Todos nós temos lembranças das escolas onde estudamos, sentimos saudades e recordamos de amigos.



Reflita

Compreender como ocorrem os processos educativos na formação humana de homens e mulheres ao longo de sua história possibilita conhecer como nos constituímos, o que somos e como agimos em nossa cultura.



Reflita

Por que há tantos analfabetos, pessoas sem terra para morar, sem assistência médica e odontológica, além de pessoas vivendo na pobreza e na miséria?

No entanto, as escolas vivem momentos de mudanças e de ressignificação de suas funções sociais, pedagógicas e políticas.

As transformações locais, regionais e nacionais podem expressar processos de continuidades ou rupturas com a ordem econômica e social. Assim, exige-se daqueles que trabalham na escola desenvolver a capacidade de analisar, de maneira crítica, responsável e interpretativa, os processos políticos de mudanças ou de continuidades, e, assim, ser capaz de desvendar mecanismos que perpetuam as desigualdades sociais, regionais e econômicas no país.

A educação de homens e mulheres, transformada em conhecimento, auxilia a desvendar as desigualdades sociais, regionais e econômicas. O conhecimento adquirido contribui para que possamos exigir nossos direitos no trabalho, na escola, no supermercado, no ônibus, no posto de saúde, além de facilitar e aperfeiçoar a nossa participação nas decisões do conselho da escola, na associação de moradores do bairro e no orçamento participativo de nossos municípios. Podemos intervir nos rumos da escola onde trabalhamos ou onde estudam nossos filhos, afilhados e amigos.



Pratique

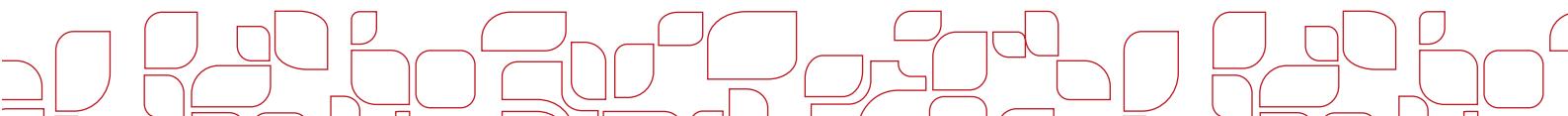
Para colocar em prática o conhecimento teórico desta unidade, realize uma roda de conversa com três colegas do seu local de trabalho. Discutam sobre as lembranças que cada um tem da escola onde estudaram e as mudanças percebidas na escola atual. Em seguida, escreva um breve registro dessas memórias em seu Memorial, destacando essas mudanças.

Resumo

Podemos dizer que a história permite enxergar nossas raízes e compreender por que as civilizações e os povos se organizaram de determinada maneira, o que foram e como se transformaram naquilo que são. Neste sentido, a educação, como parte da cultura, ilumina em nós a inteligência humana e permite sermos criadores, inventores e construtores de objetos, símbolos, linguagens e valores.

Como vamos estudar e compreender a organização da educação e da escola no Brasil? O que os/as funcionários/as das escolas precisam saber sobre a educação? Como os/as funcionários/as, em efetivo exercício nas escolas, podem ser educadores/as? Como transformar nossas rotinas em processos educativos? Essas questões são fundamentais, e, vamos, durante este curso, vamos ajudar você a compreendê-las.

Anotações





2

Os colégios da Companhia de Jesus e os processos educativos



Os colégios da Companhia de Jesus e os processos educativos



Saiba Mais

A Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa da Igreja Católica fundada na Europa em 1540 por Inácio de Loyola.

Tinha por objetivos catequizar, evangelizar e converter os povos originários à fé cristã no Brasil.

O tema do nosso encontro é entender como se organizou a educação no Brasil durante a ocupação e colonização portuguesa.

Quando os colonizadores portugueses ocuparam essas terras, já habitadas pelos povos originários, vieram com eles os padres da Companhia de Jesus e outros padres de outras ordens religiosas: dominicanos, beneditinos, agostinianos, franciscanos, carmelitas e capuchinhos, com os seguintes objetivos: evangelizar os nativos, catequizar, propagar a fé cristã, difundir valores, dogmas e princípios cristãos, introduzir o princípio do trabalho como instrumento de dignificação do homem e contribuir com a Coroa portuguesa no processo de colonização e de exploração das terras.



Representação de indígenas próximos a uma caravela. Fonte: Freepik

A ideia de que todos os homens devem trabalhar para o seu sustento e o de sua família serviu aos interesses dos padres jesuítas e de outros religiosos. Eles introduziram nos homens a obrigação de trabalhar duro e produzir riqueza, o que também beneficiou os colonizadores ao disciplinar homens, mulheres e crianças de acordo com as premissas do modo de produção capitalista.

Antes mesmo da ocupação pelos colonizadores portugueses, o território brasileiro já era habitado por numerosas comunidades indígenas, que tinham formas próprias de organização social e vivências de processos educativos na comunidade, por meio de tradições, rituais de passagem, códigos de linguagem, danças, festas e rituais religiosos. O espírito comunitário, a participação da mulher nos rituais religiosos e na agricultura, a relação de respeito à natureza e a ausência de castigos físicos na educação dos filhos intrigaram os colonizadores.

Em 1549, com a chegada da Companhia de Jesus ao Brasil, composta por padres e irmãos coadjutores, inicia-se a educação. Esses religiosos, no litoral brasileiro, criaram 24 colégios, seminários e internatos e ofereceram quatro cursos: Elementar, Humanidades, Ciências e Artes, e Filosofia e Teologia. Esses cursos eram destinados à educação das elites, incluindo filhos de portugueses nascidos no Brasil, filhos de fazendeiros e filhos de senhores de engenho. A educação ensinada nos colégios visava formar novos padres para dar continuidade aos trabalhos missionários ou para preparar administradores locais. Os estudantes aprendiam conteúdos humanísticos em cursos de latim, gramática portuguesa, retórica e filosofia.

Os jesuítas criaram também os **aldeamentos** e os **recolhimentos** destinados à catequese, à evangelização e à preparação de mão de obra, por meio das artes mecânicas, manufaturas e teares; civilizaram as tribos indígenas para que colaborassem na exploração da riqueza das terras. Como estratégia para civilizar os indígenas, utilizou da alfabetização, da cultura e do trabalho forçado. Por ordem da Coroa portuguesa, os jesuítas celebravam os rituais religiosos nas aldeias, batizavam os nativos, ensinavam-lhes a língua portuguesa, os bons costumes e o catecismo, além de forçá-los ao trabalho constante.

A Corte portuguesa permitia que indígenas hostis e rebeldes fossem aprisionados pelos portugueses. Os próprios soldados ficavam com boa parte deles, colocando-os ao seu serviço ou vendendo-os aos fazendeiros do Pará e do Maranhão, onde havia uma crônica falta de mão de obra para o trabalho.

O projeto de ocupação e colonização dos portugueses centrava-se nas capitania hereditárias, nas sesmarias, nas grandes propriedades rurais e na utilização da população nativa e dos africanos escravizados como trabalhadores na exploração e apropriação dos bens naturais. Entretanto, um outro aspecto



Saiba Mais

Para aprofundar seus conhecimentos, assista ao documentário "**Índios somos nós**", produzido em 2016 pela TV Brasil, realizado durante a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, na cidade de Palmas.



Vocabulário

Aldeamentos ou **recolhimentos** eram locais onde os padres jesuítas reuniam e confinavam várias tribos indígenas, capturadas ou "amansadas", para catequese, evangelização e trabalho.

do projeto de colonização tratava de ideias, de valores morais e éticos, de comportamento adequado e de verdades cristãs a serem difundidas por meio da estrutura social e da política transplantada de Portugal para a colônia.

Os colonizadores portugueses, auxiliados pelos padres jesuítas e pelas ordens religiosas, edificaram, aqui, uma sociedade hierarquizada e autoritária, em que o poder de mandar centrava-se no monarca e nas autoridades católicas. Para executar um plano econômico de exploração, os portugueses impuseram os padrões da cultura europeia, desprezaram o modo de vida dos povos originários e introduziram hábitos de trabalho e noções de valor comercial aos objetos e produtos.



Povos indígenas vivenciando suas tradições. Fonte: Freepik

Os indígenas apresentavam grande resistência ao projeto colonizador, então, a partir de 1550, os portugueses passaram a importar pessoas escravizadas para o trabalho nos canaviais, nos engenhos e na mineração. A palavra "importar" significa que

havia uma mentalidade dominante em relação às pessoas negras retiradas à força da África e tratadas como mercadoria ou objeto de valor monetário e vendidos aqui.

Havia muitas diferenças entre a cultura dos portugueses, dos africanos escravizados e dos nativos. Conflitos, divergências e contestações foram inevitáveis. Tribos indígenas inteiras foram dizimadas, outras se rebelaram e resistiram, e outras se aculturaram. Os portugueses posicionaram-se como seres superiores, senhores que sabiam a forma correta de se viver e de organizar a sociedade. As formas de resistência e de lutas, tanto dos indígenas quanto das pessoas escravizadas, foram duramente reprimidas. Mesmo assim, os indígenas e povos africanos buscaram outras formas de manter e guardar suas culturas.

Era preciso mudar os hábitos e fazer com que os nativos assumissem comportamentos de civilizados e europeus. Logo, trataram de conhecer a língua das tribos indígenas para, em seguida, impor a língua portuguesa como oficial, moldar condutas, negar as suas formas de organização, tradições, rituais e prazeres. Enfim, negar toda a sua cultura e linguagens. Os colonizadores não só desprezaram a maneira dos nativos educarem seus próprios filhos como ocultaram seus direitos e negaram a identidade e a cultura indígena e africana.

Portanto, os processos de socialização e as práticas sociais decorrentes da colonização portuguesa, incluindo a institucionalização da escola, tinham como princípios a transmissão dos valores, a transplantação da cultura e da visão de mundo dos europeus e a doutrinação e evangelização católica dos povos conquistados.

O ensino nos colégios e seminários oferecidos respondia aos interesses das elites dirigentes, filhos de portugueses, enquanto as camadas populares permaneciam sem acesso, alheias e excluídas dos conhecimentos que pudessem levá-las a questionar a ordem e os privilégios para alguns.

Nesse cenário, a escola era necessária somente para alguns, uma vez que a intenção dos colonizadores era a dominação e a ocupação das terras sem despesas para a Coroa. Os colégios jesuíticos, os seminários e os conventos criados pelos religiosos foram as primeiras escolas destinadas apenas para alguns: os filhos das famílias abastadas. Você pode observar que, aos poucos, houve uma sociedade muito desigual, pois uns tinham acesso às letras e outros, a maioria, viviam da venda do seu trabalho.

E quanto aos funcionários desses colégios, seminários e conventos?

Dentro dos colégios jesuíticos, havia uma hierarquia de tarefas e funções. Alguns religiosos exerciam o ministério do sacerdócio, enquanto outros missionários, que fizeram votos, dedicavam-se às tarefas contábeis dos bens patrimoniais. Outros ainda trabalhavam nos teares, na manufatura, na agricultura, nas hortaliças e na pecuária, junto com indígenas e pessoas escravizadas. Além disso, à medida que o patrimônio da Companhia de Jesus crescia, agregavam-se indígenas e, em seguida, africanos como trabalhadores braçais nos afazeres domésticos e na rotina dos trabalhos no campo, engenhos e minas.

Os padres da Companhia de Jesus introduziram na colônia uma concepção de educação voltada à manutenção das estruturas hierárquicas e de privilégios para alguns, acompanhada da disseminação de formas de exploração e de comportamentos a serem assumidos por aqueles que realizavam tarefas e trabalhos com as mãos. Essa educação visava perpetuar as desigualdades sociais e de classe, consolidando as estruturas de privilégios e o enriquecimento dos dominantes.



Pratique

1. Indico os seguintes filmes: a) A missão – Direção: Roland Jeffé (1986), ou b) Desmundo – Direção: Alain Fresnot (2003). São filmes que retratam as relações entre colonizadores e povos nativos. Assista ao menos um e, em seguida, discuta com os outros funcionários da sua escola a seguinte questão: como ocorreram as relações entre os colonizadores e os povos originários?

2. Se preferir, faça a seguinte atividade: converse com os outros funcionários de sua escola. Converse, também, com o/a coordenador/a pedagógico/a ou o/a diretor/a sobre quais são as escolas mais antigas no seu município. Sendo possível, vá conhecê-la e aproveite para conversar com os funcionários e conte a eles sobre seu curso. Registre no seu Memorial.

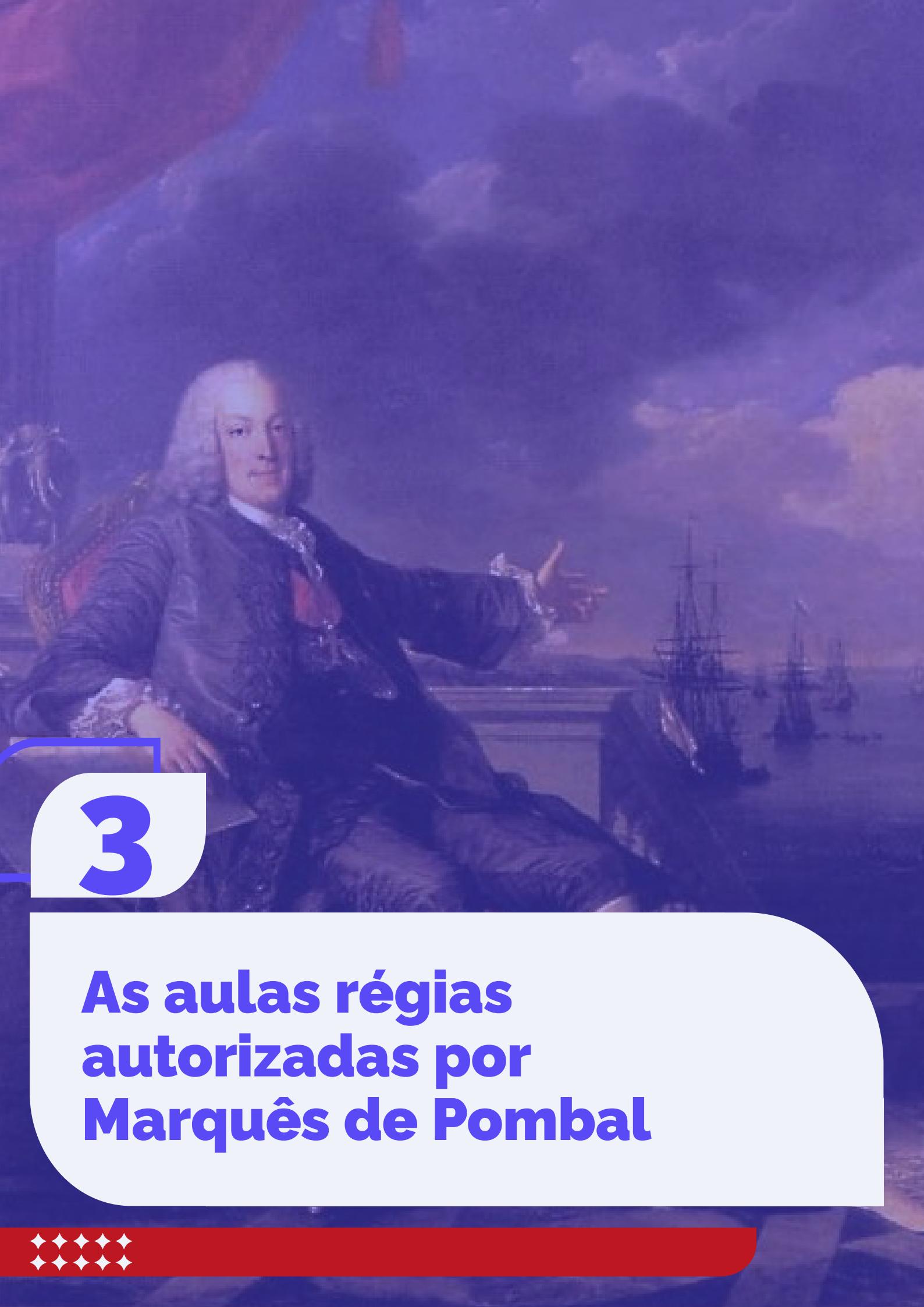
Resumo

Nesta unidade, foi possível compreender que a educação, durante o período colonial, foi uma estratégia dos colonizadores portugueses para negar a identidade indígena e seus processos educativos, para implantar, na colônia, a visão europeia de mundo: sua cultura, seus valores e sua religião.

Compreendemos, ainda, que as escolas, refletindo a sociedade hierárquica e autoritária da época, eram organizadas da mesma forma. As funções nobres de educar eram reservadas aos sacerdotes; aos irmãos missionários – os funcionários à época –, eram reservados os trabalhos braçais para a sustentação das escolas; depois, indígenas e escravos foram incorporados como funcionários, e os irmãos missionários passaram a ser seus chefes. A tarefa de educar ficou sempre nas mãos dos sacerdotes e religiosos.

Anotações



A portrait painting of the Marquês de Pombal, an elderly man with powdered white hair, wearing a dark blue velvet jacket over a white cravat and a red waistcoat. He is seated in an ornate chair, gesturing with his right hand towards the viewer. In the background, a ship is visible on the water under a cloudy sky.

3

As aulas régias autorizadas por Marquês de Pombal



As aulas régias autorizadas por Marquês de Pombal

Nesta unidade, vamos estudar e compreender como a educação escolar formal se desenvolveu e quando houve a transplantação do modelo português para a colônia. Geralmente, os professores de História estudam com seus estudantes os fatos econômicos, políticos, religiosos e sociais que são essenciais. Desta vez, vamos apresentar e analisar os principais momentos da educação, da escola e do ensino, ou seja, partindo-se da história que você já estudou, priorizaremos as questões sociais e educacionais. Vamos colocar mais luz nos aspectos da educação escolar.

Para isso, temos de compreender as mudanças e as transformações econômicas, políticas, filosóficas, científicas, sociais e éticas que ocorriam na Europa no século XVIII, entre 1740 e 1789. Nesse período, ocorreram várias manifestações de contestação do modo de enxergar o mundo, de expressar, de agir e de relacionar-se com a natureza e com outros povos. Os filósofos e os cientistas preparam que a razão, acompanhada do raciocínio sistemático e rigoroso, era a forma de iluminar as ações dos homens.

Alguns filósofos, chamados de iluministas, opunham-se às explicações divinas e religiosas, às superstições e aos mitos. Criticavam o poder absoluto dos reis, a interferência do Estado na economia e os privilégios concedidos à nobreza e ao clero. Além disso, propuseram um projeto de sociedade que conduziria à modernidade, baseado na individualidade, na liberdade econômica – **laissez-faire** – **laissez-passer** –, na propriedade privada, na **laicização**, no **sufrágio masculino**, na liberdade religiosa e na igualdade perante as leis constitucionais. Todos os cidadãos, incluindo os governantes, deveriam estar submetidos às leis constitucionais elaboradas por um parlamento de representantes eleitos.

Observe o mapa político europeu e note que ocorreram dois movimentos: um de delimitação geográfica das fronteiras dos países, e o outro de circulação de ideias e pensamentos de filósofos, sábios, matemáticos e religiosos, que buscavam interpretar e dar uma explicação para as mudanças econômicas e os conflitos sociais que apareciam.

Vocabulário

Laicização – Ato de tornar leigo, ou laico: a laicização dos hospitais, do ensino.

Sufrágio masculino – É uma forma de direito de voto em que todos os homens adultos, dentro de um sistema político, podem votar, independentemente de renda, propriedade, religião, raça ou qualquer outra qualificação.



Mapa político da Europa Ocidental.

Fonte: Brock University Map Library - Software Edition, St. Catharines.

Esse movimento intelectual, científico, artístico e cultural, que floresceu na Europa Ocidental no século XVIII, é conhecido como **Ilustração**.

Seus protagonistas, embora fizessem parte do mesmo movimento cultural, não defendiam as mesmas ideias, principalmente no que se refere aos direitos sociais, incluindo a educação pública. Filósofos, artistas, juristas, teólogos, astrônomos, literatos, gramáticos, poetas e cientistas compartilharam a defesa pelo direito à vida, à propriedade, à tolerância religiosa e à educação estatal, inspirados em bases científicas como elemento fundamental e racional para explicar o progresso humano.

Os impactos desse movimento intelectual, científico e cultural assumiram características específicas nos diferentes países. Em Portugal, por exemplo, o movimento deparou-se com uma monarquia enfraquecida e subordinada aos dogmas e às verdades da Igreja Católica,



Saiba Mais

Se desejar aprofundar suas informações, utilize um programa de busca, como o Google Acadêmico, para pesquisar sobre os filósofos da tabela da próxima página.





Atenção

Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), foi um influente estadista português e o principal ministro do rei D. José I. Reconhecido como um dos reformadores mais notáveis de Portugal, implementou profundas reformas no governo, na economia, na educação e na sociedade durante a sua administração.



ALGUNS FILÓSOFOS	PERÍODO
Isaac Newton	1642-1727
John Locke	1632-1704
Montesquieu	1689-1755
François Quesnay	1694-1774
David Hume	1711-1775
Voltaire	1694-1778
Denis Diderot	1713-1784
D'Alembert	1717-1783
Jean Jacques Rousseau	1712-1778
Émile Durkheim	1858-1917
John Dewey	1859-1952
Adam Smith	1723-1790
Immanuel Kant	1724-1804
Friedrich Hegel	1770-1831
Karl Marx	1818-1883
Antonio Gramsci	1891-1937

Alguns filósofos. Fonte: Elaboração própria.

além da corrupção instalada, com desvios de impostos e taxas e uma política mercantilista em um Estado incapaz de responder às novas exigências do comércio e da indústria.

Contudo, ao mesmo tempo, em Portugal, tornou-se crescente o número dos adeptos do pensamento ilustrado como instrumento para guiar o caminho dos homens e das nações. O movimento visava um país governado por leis constitucionais e não pela vontade de determinados homens. A Corte portuguesa equilibrava-se entre manter as estruturas conservadoras, as práticas da inquisição e a fé inabalável nos dogmas religiosos, ao mesmo tempo em que procurava aderir às novas mentalidades e a um novo modo de enxergar o mundo e nele agir.

Então, o monarca de Portugal, D. José I, que reinou entre 1750 e 1777, nomeou como primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, também conhecido como Marquês de Pombal e Conde de Oeiras, que estava disposto a reformar Portugal. Pombal era um homem pragmático e liberal que, em contato com o pensamento ilustrado europeu, pretendia colocar Portugal no mesmo patamar que outras nações europeias – na modernidade.

Durante o movimento de **Ilustração**, os conflitos entre monarquia portuguesa, clero e nobreza acirraram as visões de mundo. As disputas e os interesses econômicos encabeçados por burgueses, as pressões dos adeptos do pensamento ilustrado-liberal e as questões mercantis entre os padres jesuítas e a Coroa tomaram tamanha dimensão que levaram Marquês de Pombal a fortalecer o poder real, reduzir os privilégios da nobreza e do clero, aumentar a

cobrança de impostos, reformar a Universidade de Coimbra, expulsar a Companhia de Jesus de Portugal e de seus reinos e reafirmar a autoridade real, civil e laica sobre a religiosa.

O que têm a ver os atos de Marquês de Pombal com a educação na colônia?

Éramos colônia de Portugal, e algumas das medidas tomadas lá atingiram diretamente a vida de todos aqui na colônia. E quais foram essas medidas? Os padres da Companhia de Jesus foram expulsos e tiveram todos os seus bens confiscados em 3 de setembro de 1759. Foi instituída a língua portuguesa como idioma oficial da colônia. Em 5 de maio de 1768, foi criada a Real Mesa Censória, com o objetivo de censurar os livros indesejáveis. Foram estabelecidas as aulas régias e proibida a circulação de materiais pedagógicos dos padres jesuítas. E, por meio do Alvará de 10 de novembro de 1772, criou-se o imposto chamado Subsídio Literário, cobrado sobre aguardente destilada nos engenhos e carnes cortadas nos açougues, para custear o pagamento dos professores.

Na mesma época, foram criadas as aulas régias avulsas. Estas, de nível secundário e para meninos, ofereciam conteúdos de gramática latina, grega e hebraica, de retórica e de filosofia, a serem ministradas por professores escolhidos em concurso público e pagos pelo **Erário Régio** e, portanto, contratados como funcionários do Estado.

As aulas de primeiras letras, ou ensino elementar, continuaram existindo de maneira insuficiente e sazonal. Eram ministradas por professores leigos, membros das ordens religiosas, professores pagos com impostos municipais ou contratados por fazendeiros. Além da ortografia, da gramática da língua portuguesa e da doutrina cristã, eram ministradas aulas de história pátria, aritmética aplicada ao estudo de moedas, pesos, medidas e frações, normas de civilidade, visando à formação do homem polido e civilizado, ou seja, aquele que assimilaria os padrões civilizatórios e a visão de mundo dos europeus.

A educação escolar conduzida por Marquês de Pombal era utilitária e profissional. Assim deveria ser na colônia. A esta cabia copiar e imitar os sistemas educacionais das nações europeias. De fato, o rompimento com a Companhia de Jesus pode ser considerado, naquele momento, o marco inicial de instauração do processo de laicização da vida política e na educação. A laicização é a separação entre as ações e os poderes que caberiam ao Estado e aqueles que caberiam à Igreja Católica. O que de fato estava em jogo era qual



Atenção

O **Erário Régio**, criado no reinado de D. José I, concentrava todas as operações financeiras da Coroa.

das duas instituições definiria as regras de conduta, os princípios, os valores éticos e morais a serem assimilados por todos e que, ao mesmo tempo, ajudavam a contribuir na implantação do modo de produção capitalista. Será que, ainda hoje, Estado e igrejas disputam essas prerrogativas?



Estrutura escolar no Brasil Colônia. Fonte: Elaboração própria.

A Universidade de Coimbra

A Universidade foi criada em Lisboa, em 1290, e transferida para Coimbra, em 1308. Por ter origem francesa, as influências intelectuais predominantes nos primórdios da Universidade eram de orientações jurídicas francesas e italianas, profundamente marcadas pelo direito romano. Em 1384, D. João I, o Mestre de Avis, retornou a Universidade a Lisboa, ao mesmo tempo em que lançava sobre ela o controle governamental através da nomeação real do Provedor. A partir de D. João II, os reis foram declarados Protetores da Universidade, e a livre escolha de reitores foi encerrada. Somente em 1537, a Universidade voltou à Coimbra. Teve então início um período de dois séculos de

controle jesuítico, durante o qual a Universidade se isolou da influência do progresso intelectual e científico europeu. Os jesuítas obtiveram o controle do Colégio das Artes, cuja frequência se tornou obrigatória para todos os que quisessem cursar leis e cânones. A situação só iria modificar-se novamente em 1759, quando os jesuítas foram expulsos de Portugal e das colônias pela ação de Sebastião de Carvalho e Melo. À expulsão seguiu-se vasta e profunda reforma da educação portuguesa em todos os níveis. Finalmente, em 1772, veio a reforma da Universidade de Coimbra, sob a direção do reitor brasileiro Francisco de Lemos, com o apoio do Marquês de Pombal, nomeado visitador. Alguns brasileiros que estudaram nesta Universidade foram: José Bonifácio e Bispo Azeredo Coutinho. (Adaptação de Carvalho, José Murilo de. A construção da ordem. Brasília: Editora UnB, 1981, p. 51-52).



Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Fonte: Freelmages



Saiba Mais

Aulas régias ou aulas avulsas significavam aulas autorizadas pelo Estado Português no âmbito da reforma dos Estudos Menores.

Cada aluno frequentava as aulas que quisesse, não havia articulação entre elas, e podiam ser dadas na casa do próprio professor.

As aulas poderiam ser de gramática latina, de primeiras letras ou de gramática grega.

Ainda sobre a educação na colônia, vale considerar os seguintes pontos:

De 1759, quando os padres jesuítas foram expulsos, até 1772, quando foram criadas as **aulas régias avulsas**, a colônia já era habitada por inúmeras comunidades indígenas e por portugueses, holandeses e franceses, também desembarcados aqui. Pouco se fez para oferecer educação à população que trabalhava e cultivava a terra.

As elites oligárquicas, aquelas que recebiam terras e títulos da Coroa, mandavam seus filhos para estudar em Coimbra, Porto e Lisboa.

Entre 1501 e 1810, os trabalhadores para as lavouras, para os engenhos e para a mineração eram pessoas capturadas e trazidas da África para as Américas. Aproximadamente 6.265.000 africanos aqui desembarcaram para o trabalho forçado, uma prática de exploração e de comércio que rendia lucros para as metrópoles europeias.

No caso das aulas régias ou aulas avulsas, as de nível médio foram insuficientes. Mesmo com professores enviados de Portugal, pouco prosperaram. Ensinavam gramática latina, matemática, geometria, poética, retórica, lógica e filosofia, além de aulas de Comércio. A partir de 6 de novembro de 1772, Marquês de Pombal introduziu a política das 44 aulas régias avulsas, sendo 17 de primeiras letras, 15 de gramática latina, seis de retórica, três de gramática grega e três de filosofia.



Vista Aérea do Seminário de Olinda. Fonte: Wikimedia Commons

Seminário de Olinda

O Seminário de Olinda foi criado em 1800, no mesmo prédio do antigo Colégio dos Jesuítas, por um ex-aluno da Universidade de Coimbra reformada. O bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho é um exemplo da aplicação dos princípios ilustrados no Brasil. Outro exemplo foram as Academias Literárias, que congregavam letRADOS e intelectuais que tinham simpatia pelas ideias ilustradas.



Pratique

- 1.** Converse com professores de História de sua escola sobre a presença das congregações religiosas ou dos seminários dos padres católicos em seu município ou região. Escreva ao menos uma página sobre a questão: quais atividades educacionais os religiosos desenvolveram em seu município ou região?
- 2.** Se preferir, faça esta outra atividade: descubra um morador mais antigo de sua região, de seu bairro. Converse com ele sobre as escolas mais antigas e, depois, escreva seu Memorial: (a) quais eram as alegrias dele?; (b) como era a escola onde ele estudou? (c) que lembranças recorda?

Resumo

Nesta unidade, você se deu conta de que o movimento iluminista europeu provocou uma revolução na maneira como os seres humanos interpretam o mundo e as relações sociais. O centro organizador dessa visão de mundo deixa de ser o Deus judaico-cristão e passa a ser a razão humana. Esse processo, que se difunde aos poucos pelos países europeus, tem reflexos em suas respectivas colônias.

No caso de Portugal, as ações de Marquês de Pombal instituíram aqui, na colônia, um modelo de organização das escolas e de contratação de professores, além da aplicação das ideias iluministas na organização do Estado português. As medidas políticas, econômicas e educacionais estabelecidas por Pombal acirraram os conflitos com os jesuítas e resultaram na sua expulsão de Portugal.

A large, ornate building with multiple stories and classical architectural details, including statues on the roofline. In the foreground, there is a statue of a woman holding a child, surrounded by greenery.

4

A Família Real portuguesa e a educação das elites dirigentes



A Família Real portuguesa e a educação das elites dirigentes

A Família Real portuguesa veio morar na colônia. Será verdade?
Sim, é verdade!

Em 1808, Portugal enfrentava mais uma vez dificuldades políticas e econômicas, resultando na invasão do reino pelas tropas napoleônicas. Antes que isso ocorresse, D. João VI e toda a Corte portuguesa, apressadamente, refugiaram-se em Salvador no mesmo ano e depois seguiram para o Rio de Janeiro, permanecendo aqui até 1820.



Refletá

Como foi conduzida e construída a educação escolar durante a estadia da Corte portuguesa no Brasil?

O que fez D. João VI no que se refere à educação escolar? Após a separação política de Portugal, quais medidas foram tomadas para a educação escolar no Brasil?

Quais eram as instituições escolares? Quem eram os professores? Quem eram os funcionários das escolas?

Quem frequentava as escolas? Qual era o lugar social da escola pública e seu significado?

Quais eram as funções sociais e políticas da escola? Que concepções de educação foram difundidas?

Vamos relembrar as características da sociedade brasileira naquela época. Pode-se dizer que, durante séculos, permaneceu patriarcal, agroexportadora, fundada nas grandes propriedades rurais, na força do trabalho dos africanos e seus descendentes na monocultura e na extração de minérios. Durante o século XIX, ocorreu o crescimento das cidades e o fluxo das exportações dos produtos primários: fumo, algodão, açúcar e café, e medidas políticas foram adotadas para favorecer o comércio com os ingleses e garantir os empréstimos externos para o Brasil.

Uma parte da sociedade brasileira – as elites dirigentes – desejava viver com os costumes e os hábitos europeus. Vivia-se, segundo Anísio Spínola Teixeira (1962), entre os valores proclamados e os valores reais, ou seja, alguns pretendiam viver do mesmo modo que os europeus. Até mesmo as suas casas eram construídas com os materiais importados: azulejos, madeiras, vitrais, banheiras, móveis e decorações. Compravam, ainda, tapetes, pratarias, louças, roupas, luvas e perucas, o que não combinava com o estilo de vida e com o clima nos trópicos. A maioria das pessoas, camponeses, pessoas negras escravizadas, carroceiros, cocheiros, ferreiros, lenhadores, carregadores, leiteiros, carpinteiros, ambulantes, quitandeiras, benzedeiras, curandeiros e muitos outros, vivia do seu trabalho.

Desde o início da colonização, as elites brasileiras viveram de privilégios e dispensaram a escola pública. Eram grandes proprietários: donos de latifúndios dos engenhos de açúcar, das máquinas de manufaturas, da Casa-grande, das minas, do pastoreio

e dos roçados. A divisão social alimentou vaidades, manifestadas na importação de produtos supérfluos da Europa para a construção de cidades, igrejas, edifícios e palácios, evidenciando a hierarquia social. Essa hierarquia se revelou pelo grande número de pessoas escravizadas trazidas de Angola, Congo e Guiné Bissau e pela quantidade de imigrantes italianos e alemães recrutados para trabalhar nas lavouras.

Parte dos fazendeiros, cafeicultores, políticos e senhores de engenho enviam seus filhos para estudar em Coimbra ou Lisboa, em Portugal, para depois retornarem letrados. A grande maioria da população brasileira daquela época era composta de comunidades indígenas, africanas e seus descendentes, homens e mulheres brancos, pobres e livres, negros alforriados, imigrantes, boticários, comerciantes, lavradores, meeiros, colonos, barqueiros, carreiros, oleiros, maquinistas, fandeiras, parteiras, vaqueiros, pastoreiros, pescadores, peões, camponeses, alfaiates, tecelões, artesãos, bispos capelães, **juízes de vintena**, manufatureiros, abatedores, carregadores, destiladores, **purgadores**, caixeiros, feitores, curandeiros, prostitutas, benzedeiras e amas de leite. Era a sociedade de classes sociais que emergia e adquiria seus contornos. Nela, os bens de produção e o capital permaneciam nas mãos das elites, e à grande maioria restava vender sua força de trabalho, permanecendo distante dos direitos sociais.

Também é verdade que a população oprimida e explorada organizou-se ao seu modo. Por exemplo: o Quilombo dos Palmares (1630), a Conjuração Baiana (1798), a Inconfidência Mineira (1789), a Confederação do Equador (1824) e a Revolta dos Malês (1835) foram movimentos de contestação das estruturas conservadoras, de oposição à ordem política e econômica vigente de norte a sul do país. Com essas experiências de contestação, nota-se que, de diferentes maneiras, a população excluída manifestou descontentamento com as medidas adotadas pelo governo.

Naquela época, de 1808 a 1824, quais eram as instituições escolares e quem frequentava as escolas? Pode-se dizer que D. João VI dedicou-se à educação de elites, bacharéis, engenheiros e magistrados. Criou a Academia Real da Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), os cursos superiores profissionalizantes de Medicina em São Paulo (1813) e na Bahia (1815), o curso de Direito em São Paulo e Olinda (1827) e o curso de Engenharia na Academia Real Militar (Rio de Janeiro, 1810). E, antes de retornar a Portugal, em 1820, fundou a Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro.



Vocabulário

Juízes de vintena – Também chamados de vintaneiros ou juizes pedâneos, eram anualmente eleitos pelas câmaras dos municípios onde existiam aldeias com população excedente a vinte moradores, localizadas a uma ou mais léguas das cidades ou vilas.

Competia-lhes decidir verbalmente, sem apelação nem agravo, as contendas entre os habitantes da sua aldeia; podiam prender os criminosos e entregá-los aos juízes ordinários.

Purgadores – Trabalhadores que, junto às fornalhas, limpavam as impurezas do melado para a fabricação do açúcar.



Vocabulário

Eclesiástico – Característica daquilo que se refere ou pertence ao âmbito da Igreja Católica ou de seus sacerdotes; eclesial: doutrina eclesiástica.

Os cursos de Direito foram criados à imagem do curso da Universidade de Coimbra, e os primeiros professores eram ex-alunos. A política era formar não apenas juristas, mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e funcionários do Estado. De maneira geral, as ações foram dirigidas para a criação de cursos de formação jurídica, militar, médica e **eclesiástica**. Daí a expressão de José Murilo Carvalho: “a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”. (Carvalho, 1891, p. 51).



Ilustração sobre a exclusividade da escola para a elite da época. Fonte: Freepik



Refletá

Portanto, durante a estadia da Corte portuguesa na colônia e no Império, temos que refletir: quem não frequentava a escola e por quais razões?

Para as academias ou escolas superiores, os professores eram trazidos da Europa ou eram os filhos das elites que retornavam ao país após seus estudos. Para realizar trabalho de limpeza, asseio e vigilância ao redor e nessas escolas, buscavam-se aqueles que trabalhavam nas casas de família, ou seja, pessoas pretas escravizadas que tinham bom comportamento. Naquela época, havia uma mentalidade de desprezo por qualquer tipo de trabalho feito com as mãos. Então, aqueles que assim trabalhavam, eram tidos como inferiores, incapazes de aprender, restando-lhes apenas atividades rudes, duras, pesadas e braçais no plantio, nas colheitas, nas construções, na abertura de estradas, no preparo do gado, no transporte etc. A educação para as elites, conduzida por D. João VI, tinha por finalidade formar os quadros dirigentes para a Administração Pública. As estruturas econômica e social permaneceram inalteradas. As ações de D. João VI estavam voltadas à educação daqueles que, por serem de família nobre, deveriam estudar para continuar os negócios do pai, o proprietário das terras. Para tanto, alguns fazendeiros contratavam um preceptor para ensinar seus filhos, em suas próprias residências. Enquanto

isso, a maioria da população – indígenas, africanos e brancos pobres –, espalhada pela zona rural, trabalhava nas lides da terra e permanecia distante da escola.



Saiba Mais

Acesse a seguir o E-book:

BOAVENTURA, Edivaldo M. A educação brasileira no período Joanino. Bahia, 2007.



Pratique

- 1.** Na sua opinião, as escolas fundadas por D. João VI tinham quais finalidades? Como trataram a cultura das pessoas escravizadas? Faça uma lista com 5 elementos que expressam a herança da cultura africana.
- 2.** Outra alternativa: converse com um professor de História sobre o filme Guerra de Canudos (1987), do diretor Sérgio Resende. Depois, faça um debate com seus colegas sobre as condições sociais da maior parte da população brasileira no período do Império (1822 - 1889). Registre a atividade no Memorial.



Resumo

A política para a educação conduzida por D. João VI expressou, novamente, a disposição de transportar o modelo de educação das elites europeias para o Brasil. Embora alguns países europeus já houvessem iniciado a constituição de seus sistemas nacionais de educação e a concebessem como um direito social, por meio do qual homens e mulheres produzem conhecimentos, valores, técnicas, ciência, artes, crenças; enfim, tudo o que constitui o saber historicamente produzido, a colonização portuguesa priorizou a educação apenas para as elites.

Embora já existissem concepções de que a educação é parte da cultura e que, por meio dela, o homem se relaciona com a natureza, modificando-a e sendo modificado por ela, o caminho escolhido pela monarquia foi o de negligenciar a educação da população que trabalhava e produzia a riqueza.

Durante a estadia da Corte portuguesa no Brasil Colônia, a educação escolar destinada às elites consistia em aulas régias avulsas e, depois, alguns eram enviados para Coimbra e Évora para concluir os estudos. Para a maioria, restaram classes de primeiras letras irregulares e algumas escolas de ensino secundário.

Anotações





5

A educação escolar nas províncias e a descentralização do ensino



A educação escolar nas províncias e a descentralização do ensino

Vamos conversar sobre a educação escolar quando **D. Pedro I** assumiu a condução do país. Denominamos esse período de Primeiro Reinado (1821 a 1831). D. Pedro I foi um dos precursores do movimento de separação do Brasil de Portugal, mas nesta seção, vamos destacar as ações realizadas na educação escolar, indo até a instituição da República.



Refletá

Durante o período Imperial (1822-1889), existiam escolas primárias e secundárias no Brasil?

Quem oferecia essas escolas? O Estado, a Igreja Católica ou pessoas que abriram escolas privadas?

Após a separação política de Portugal, em 1822, houve pressões externas e internas das forças econômicas e políticas das províncias para que fossem organizadas leis nacionais. Então, vamos compreender como D. Pedro I e os políticos que o apoiaram criaram as leis, os decretos e as normas jurídicas para o país funcionar. Além das medidas políticas e econômicas, quais foram as ações na educação pública? Quais foram as medidas tomadas para as classes de primeiras letras? E para o ensino secundário? Quem eram os estudantes dessas escolas? O que fizeram os presidentes das províncias para oferecer a educação primária?



Vocabulário

Oligarquia rural – Significa um regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas.

No Brasil, esse grupo era composto por grandes fazendeiros que controlavam as decisões econômicas e políticas durante o Império e a Primeira República.

Vamos relembrar como a sociedade brasileira estava organizada. Do ponto de vista econômico, o Brasil continuava rural, com grandes fazendas de café, engenhos de açúcar, criação de gado, pequenas manufaturas, teares, pecuária de pequenos animais e agricultura de subsistência. Do ponto de vista político, prevalecia a força das **oligarquias rurais** e dos coronéis, enquanto nas províncias ocorriam intensas rebeliões sociais na base popular que desejava mudanças.

Alguns movimentos, como a Praieira (1844-1848), a Balaiada (1838- 1841), a Cabanagem (1835-1840), a Revolta dos Malês (1835), a Sabinada (1837-38) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845) eram expressões e manifestações contra a prepotência e a arrogância das oligarquias dominantes que, aliadas ao governo centralizador de D. Pedro I, sufocavam as províncias com impostos, leis arbitrárias e com a nomeação de governantes, mesmo com a recusa dos moradores.



Saiba Mais

Dom Pedro I nasceu em Lisboa, no dia 12 de outubro de 1798. Veio para o Brasil com nove anos de idade, em 1808, quando houve a invasão de Portugal pelos franceses.

A Família Real retornou à Europa em 26 de abril de 1821, ficando D. Pedro I como príncipe regente do Brasil. A Corte de Lisboa despachou então um decreto exigindo que o príncipe retornasse a Portugal, o que provocou um grande desagrado popular.

D. Pedro I resolveu permanecer no Brasil, em um dia que ficou conhecido como "Dia do Fico" (09/01/1822).

Em 7 de setembro de 1822, recebeu uma correspondência de Portugal informando que havia sido rebaixado de regente a mero delegado das Cortes de Lisboa.

Revoltado, junto ao riacho do Ipiranga, decidiu romper definitivamente com a autoridade paterna e declarou a independência do Império do Brasil, rompendo os últimos vínculos entre Brasil e Portugal.

Morreu de tuberculose, no Palácio de Queluz, com apenas 36 anos de idade, em 24 de setembro de 1834.

Entre as principais reivindicações do movimento chamado Praieira, destacam-se: o voto livre e universal do povo brasileiro; a plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa; o trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro; o comércio só para cidadãos brasileiros; a inteira e efetiva independência dos poderes constituídos; a extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar, o elemento federal na nova organização.

Os cabanos se rebelaram contra a extrema miséria do povo paraense e a irrelevância política a que a província foi relegada após a separação política do Brasil em relação a Portugal. A denominação "Cabanagem" remete ao tipo de habitação da população ribeirinha mais pobre, composta principalmente por pessoas pretas, pobres e indígenas. Por sua vez, a elite fazendeira do Grão-Pará, embora vivesse em melhores condições, ressentia-se da falta de participação nas decisões do governo central, dominado pelas províncias do Sudeste e do Nordeste.

As insurreições envolviam os vários setores descontentes. Alguns propunham o fim da escravidão, reagiam à cobrança de altos impostos e às atitudes de coronéis e fazendeiros que impunham suas vontades acima da lei. Também eram contra a distribuição de terras aos imigrantes e contra as péssimas condições de vida da população. Outros lutavam por melhores preços para seus produtos, discordavam das práticas comerciais e de exportação, protestavam contra a nomeação de presidentes de províncias e eram contra a presença de forças militares.

De 1831 a 1840, nas províncias, os liberais e os conservadores, que eram grupos políticos que defendiam interesses distintos, reagiram contra medidas autoritárias dos regentes padre Diogo Feijó e Araújo Lima. Naquela época, as decisões de alguns coronéis tornavam-se leis, as quais favoreciam alguns e geravam um distanciamento ainda maior entre quem tinha propriedades rurais e quem trabalhava e produzia na terra e nas pequenas fábricas.

Para conter as revoltas e como tentativa de dar um rumo ao país, o grupo que apoiava a monarquia resolveu antecipar a posse de **D. Pedro II**, colocando-o para dirigir o país com apenas 14 anos.

D. Pedro II governou de 1840 a 1889, denominado de Segundo Reinado.



Saiba Mais

Na madrugada do dia 7 de abril de 1831, Dom Pedro I abdicou do trono a favor de seu filho (Dom Pedro II), que tinha apenas cinco anos de idade.

A Constituição daquela época determinava que, para ocupar o trono brasileiro, o imperador deveria ter 18 anos, ou então o país deveria ser governado por um príncipe da família imperial, de no mínimo 25 anos. Como na Família Real não havia ninguém que atendesse a essas exigências, a alternativa foi nomear regentes de Dom Pedro II.

Em 12 de outubro de 1835, o Padre Diogo Antônio Feijó tomou posse como regente único do Império do Brasil.

Em 19 de setembro de 1837 o Padre Feijó renunciou a seu cargo de regente único e assumiu interinamente Pedro de Araújo Lima.

No ano de 1840, foi antecipada a maioridade de Dom Pedro II para que ele pudesse assumir o governo do Império.

No Brasil, entre 1836 e 1837, formaram-se dois partidos políticos: o **Partido Conservador** e o **Partido Liberal**. O primeiro era formado por grandes proprietários de terras e de pessoas escravizadas, por altos funcionários da monarquia, alguns deles portugueses, e por comerciantes brasileiros, ingleses e portugueses favorecidos com as atividades comerciais. Eles defendiam a centralização monárquica, o direito de propriedade, os interesses econômicos da lavoura e o direito de voto apenas para os possuidores de grandes quantidades de terra e para os detentores do capital. O segundo era formado por pequenos comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, militares, bacharéis, artesãos e padres favoráveis à abolição das pessoas escravizadas, à autonomia das províncias e à separação política do Brasil de Portugal.

A partir de 1850, a Inglaterra aumentou as pressões para o fim do tráfico de pessoas capturadas à força e trazidas da África. Essas pessoas eram vendidas aos fazendeiros, e o preço de cada uma aumentava cada vez mais. A introdução dos trabalhadores livres, principalmente os imigrantes europeus, foi a alternativa encontrada pelos fazendeiros para manterem suas propriedades rentáveis e produtivas.



Pratique

Vamos praticar a partir da reflexão teórica da Unidade 5? Para isso, assista ao vídeo "A História do Cais do Valongo", do Canal Jornada da História. Em seguida, discuta com seus colegas e elabore um pequeno texto sobre a cultura, a alimentação e o tratamento dado às pessoas capturadas na África e vendidas como objetos aqui no Brasil. Registre essa atividade no seu Memorial. O vídeo está disponível no QR Code abaixo e no link.



<https://www.youtube.com/watch?v=YC4c8K1MfcA>



Saiba Mais

Você pode acessar a **Constituição de 1824** no QR Code abaixo.



Na verdade, nesse momento, os comerciantes envolvidos no tráfico de mão de obra trazida da África corriam grandes riscos de serem multados pelos ingleses. Internamente, nas fazendas por todo o país, as formas de resistência dos negros africanos cresciam, e multiplicavam-se os incidentes de fugas, resistências, rebeliões, motins, mortes e alforrias concedidas ou compradas pelos escravizados. Afinal, como poderiam continuar justificando o comércio de pessoas africanas?

Sobre esses e outros elementos, você pode se aprofundar fazendo outra leitura e outras interpretações dos livros de História do Brasil.

Agora, vamos conversar sobre os aspectos da educação escolar no período de 1822 a 1889, ou seja, da posse de Dom Pedro I até a instituição da República.

Iniciaremos com a **Constituição Imperial de 1824**, outorgada por D. Pedro I. O art. 179, § 32, determinava que "a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos". Entretanto, sabemos que a realidade era outra. Cidadãos, naquela época, eram aqueles que possuíam propriedades, terras, bens e participavam do governo local nas câmaras municipais. Esses indivíduos eram agraciados com privilégios, honrarias, títulos honoríficos e brasões de distinção, constituindo um misto de poder local e central. Ser cidadão significava ser proprietário de grandes latifúndios, engenhos e minas, explorar a terra, exportar produtos e fazer parte do grupo dos homens que, pela sua própria vontade, impunham leis e mantinham seus privilégios sociais e políticos.

As oligarquias rurais representavam poderes regionais e indicavam representantes dentro da província. Os cargos de representação nas vilas e nas cidades deveriam ser ocupados pelos nobres da terra, com atestado de pureza de sangue e sem envolvimento em profissões que englobassem ofícios manuais. Essas oligarquias rurais tornavam-se uma voz ativa na defesa dos interesses econômicos, das demandas provinciais e dos políticos que se revezavam no comando.

Unidas por relações patrimoniais, de **comadrio**, lealdade e fidelidade, as oligarquias rurais se gabavam de seu poder, exercido por meio da força, chicote e **coerção**. Acertavam entre si as decisões políticas em relação às exportações, empréstimos externos, construção de ferrovias, iluminação e construção de estradas para carros de bois, captação de água dos rios, plantio e arado das terras, derrubadas da mata, roçados, criação de animais domésticos e contratação de trabalhadores braçais.



Atenção

Lembre-se de que a **Constituição Federal** em vigor é a de 5 de outubro de 1988.



Vocabulário

Comadrio – Relações familiares estabelecidas entre grandes fazendeiros na defesa de seus interesses econômicos e políticos.

Coerção – É o ato de induzir, pressionar ou compelir alguém a fazer algo pela força, intimidação ou ameaça.



Saiba Mais

Para entender mais sobre **patrimonialismo**, aponte a câmera do seu celular para o QR Code.



As escolas primárias e secundárias continuavam insuficientes, isoladas e irregulares. Faltavam espaços adequados para salas de aula, mobílias, equipamentos, materiais pedagógicos e recursos financeiros. Os professores eram poucos, e os funcionários eram os mesmos que trabalhavam na Casa-grande e na agricultura, estendendo suas atividades nas escolas. Além do pouco reconhecimento da escola como lugar de formação de homens, os pais se recusavam a mandar suas filhas para as escolas, o que também era aconselhado pelos coronéis, vigários e padres. Os custos com alimentação, vestimentas, transporte e materiais escolares, bem como a visão machista de que os estudos para nada serviam às mulheres, distanciaram ainda mais o acesso delas às escolas e aos bens culturais.



Representação sobre o efeito do machismo no acesso a escola pelas mulheres. Fonte: Freepik

Assim como as mulheres, as pessoas escravizadas e seus descendentes continuaram excluídos do acesso às escolas. Observe o que diz a Lei Geral de Ensino, de 15 de outubro de 1827:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as classes de primeiras letras que forem necessárias. [...]

Art. 4º As escolas serão de ensino mútuo nas capitais das províncias; e também nas cidades, vilas e lugares populosos, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º Para as escolas de ensino mútuo serão utilizados os edifícios, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda pública e os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.
[...]

Art. 11. Haverá escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho julgarem necessário este estabelecimento.

Observe que o monarca D. Pedro I, envolto nos conflitos políticos e econômicos, tomou uma decisão para atender às autoridades externas e às pressões locais: sancionou a Lei Geral de Ensino de 1827, determinando a criação de classes de primeiras letras em todos os lugares, cidades e vilarejos.

Mais tarde, em 12 de outubro, o Ato Adicional de 1834, uma emenda à Constituição de 1824, introduziu a descentralização do ensino no nível da educação primária. No texto do Ato estava previsto, em seu art. 8º, a criação das Assembleias Provinciais, e no art. 10, o texto dizia que competia às Assembleias Provinciais legislar sobre a instrução pública e estruturar os estabelecimentos próprios para promovê-la. Com essa decisão, o regente padre Diogo Feijó efetuou a descentralização do ensino elementar, atribuindo às províncias toda a responsabilidade de financiamento, oferta e organização. Os ensinos secundário e superior continuavam sob a responsabilidade do Império.



Imagens do Liceu Coração de Jesus, tradicional colégio de São Paulo. Fonte: CNN Brasil

O Estado brasileiro, entendido como Império, estava, então, desobrigado da educação primária pública, que ficava a cargo de cada província. Cabia às províncias, desprovidas de recursos humanos e financeiros, arcarem com o financiamento, a organização e a oferta do ensino primário.

De forma desigual e insuficiente, as províncias organizaram diferentes tipos de instituições educativas: escolas, liceus, colégios, asilos, classes, cadeiras, turmas e diversos cursos. Nas escolas primárias, introduziram o método de ensino mútuo, o lancasteriano, elaborado por Joseph Lancaster, educador inglês no final do século XVIII, pois era adequado aos interesses dos governos locais, ao proporcionar economia de recursos com a contratação de professores, reduzindo as despesas com a educação. O método ainda propunha que um professor “desse” uma aula separada para os melhores alunos, chamados de monitores – digamos, dez –, os quais, em seguida, repetiriam essa aula para outros alunos – digamos, dez alunos por monitor. Em síntese, um único professor educava, nesse exemplo hipotético, 110 alunos.

Como se vê, os governantes tentaram construir a sociedade sem garantir a escolarização de sua população. Omitiram-lhes o direito de acesso aos bens culturais e patrimoniais e negaram, à imensa maioria da população, o direito à formação humana. Em outros países, os governos assumiram a educação escolar como tarefa de Estado, parte integrante de sua cultura, entendendo que é dever do Estado disponibilizar a educação escolar estatal para todos. No Brasil, a educação foi um privilégio dos filhos dos abastados, enquanto o restante da população teve que lutar pelo direito ao acesso à escola e aos bens culturais e patrimoniais.

Do espaço da fazenda ao grupo escolar

Estudos recentes indicam que as escolas provinciais isoladas e em espaços acanhados, eram escolas cujos professores eram reconhecidos ou nomeados pelos órgãos dos governos responsáveis pela instrução. Funcionavam em espaços improvisados, geralmente, na casa dos professores, os quais, algumas vezes, recebiam uma pequena ajuda para o pagamento do aluguel. Temos indícios da existência de uma rede de escolarização

doméstica, ou seja, de ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, que atendia a um número superior ao da rede pública estatal. Outro modelo de educação escolar que, no decorrer do séc. XIX, vai se configurando é aquele em que os pais, em conjunto, resolvem criar uma escola e, para ela, contratam coletivamente, um professor ou uma professora. Este modelo semelhante ao primeiro tem uma diferença fundamental: essa escola e seu professor não têm vínculo com o Estado. Em todas as escolas é, geralmente, proibida a frequência de crianças negras, mesmo livres e, em algumas regiões do país, as mulheres também eram proibidas de frequentar as escolas. (FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2000, p. 142).



Vista geral do Grupo Escolar Leônio Correia. Fonte: Acervo - Colégio Estadual Leônio Correia.



O Grupo Escolar Tiradentes, onde a professora Júlia Wanderley, a primeira mulher a frequentar a escola normalno Paraná, dedicou grande parte de sua carreira. O Grupo Escolar Tiradentes foi inaugurado em 1895. Fonte: Grupo Escolar Tiradentes – Edificação 1895.

No Segundo Reinado, entre 1840 e 1889, espalharam-se por todas as províncias do Império os liceus, as escolas normais, as escolas paroquiais, as escolas domésticas ou particulares, os seminários, os colégios masculinos e femininos e os internatos. Em São Paulo, no ano de 1890, foi criado o primeiro grupo escolar.

Alguns liceus públicos ofereciam instrução secundária e exames preparatórios para o ensino superior. Em alguns casos, no mesmo estabelecimento, funcionava o curso normal, frequentado inicialmente por homens. Posteriormente, transformados em escolas normais, passaram a ser frequentados também por



Saiba Mais

Para demonstrar como a divisão de classes sociais ocorria e como setores de pobres e negros foram excluídos, veja o que diziam dois decretos do Império:

O Decreto nº 1.331, de 17/02/1854, § 69, estabeleceu que, nas escolas públicas do país, não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos dependia da disponibilidade de professores.

Já o Decreto nº 7.031-A, de 06/09/1878, determinava que os negros libertos maiores de 14 anos só poderiam frequentar os cursos noturnos, sendo que as despesas com a iluminação das salas de estudo deveriam ser custeadas pelo ministério do Império.

mulheres e destinados à formação de professores. Já seminários, mosteiros, colégios, internatos e externatos eram estabelecimentos religiosos destinados à formação de padres, bispos e arcebispos, exemplos de vida moral, vida santa e dos bons costumes.

Com relação ao ensino secundário, criou-se, em 1837, o colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, de caráter humanista clássico, que era destinado às elites proprietárias e servia como via de acesso ao ensino superior.

As mulheres tiveram que superar obstáculos e transgredir as regras e normas estabelecidas pela Igreja Católica, pelos governos e pelos políticos para conquistar o direito ao acesso à educação escolar. Os pais recusavam-se a enviá-las para as escolas e, quando permitiam, procuravam as congregações religiosas na certeza de que suas filhas seriam educadas na doutrina cristã e nos bons costumes.

Essa desobrigação ou ineficiência do Estado abriu caminho para as congregações religiosas criarem escolas confessionais. As congregações religiosas no país praticaram a doutrina cristã católica e criaram suas instituições escolares, onde ofereciam cursos e aulas para meninos e meninas. Algumas congregações religiosas instalaram-se na região do triângulo mineiro, como as Irmãs Dominicanas (1885).

Observe, no quadro abaixo, que os nomes das escolas estão atualizados e, segundo o autor, há evidências de outras escolas fundadas no período, mas das quais não há informações sobre a data de fundação.

Nome da escola	Município	UF	Ano	Mantenedora/ Congregação
Col. Diocesano Padre Rolim	Cajazeiras	PB	1827	Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras
Col. da Providência	Rio de Janeiro	RJ	1853	Associação S. Vicente de Paulo
Colégio Diocesano	São Paulo	SP	1856	Mitra Diocesana de São Paulo
Colégio Santa Teresa	Olinda	PE	1857	Irmãs de São Vicente
Educandário S. Vicente de Paulo	Recife	PE	1858	Santa Casa de Misericórdia do Recife
Colégio de São Bento	Rio de Janeiro	RJ	1858	Mosteiro de São Bento

Colégio N. Sra. do Patrocínio	Itu	SP	1859	Irmãs Congregação S. José de Chambéry
Escola Coração de Maria	Rio Grande	RS	1861	Educandário Coração de Maria
Instituto N. Senhora da Salete	Salvador	BA	1862	Instituto Nossa Senhora da Salete
Colégio Imaculado Coração de Maria	Fortaleza	CE	1865	Irmãs Vicentinas
Colégio São Luís	São Paulo	SP	1867	Sociedade Brasileira de Educação
Colégio São Francisco Xavier	Recife	PE	1867	Jesuítas
Colégio Santa Isabel	Petrópolis	RJ	1868	Irmãs Vicentinas
Ginásio N. Sra. da Conceição	São Leopoldo	RS	1870	Jesuítas
Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo	Petrópolis	RJ	1871	Escola Doméstica de N. Sra. do Amparo
Colégio Santa Cruz – Escola de 1º e 2º Graus	Santa Cruz do Sul	RS	1871	União sul Brasileira de Educação e Ensino
Colégio São José – Escola de 1º e 2º graus	São Leopoldo	RS	1872	Soc. Caritativa e Literária S. Francisco de Assis ZC
Col. Sagrado Coração de Jesus – Esc. De 1º e 2º Graus	Santa Cruz do Sul	RS	1874	Soc. Caritativa e Literária S. Francisco de Assis ZC
ASVP Colégio Santa Isabel	Petrópolis	RJ	1875	Associação de São Vicente de Paulo
Colégio São Paulo	Blumenau	SC	1877	Pe. José Maria Jacobs
Colégio Santo Antônio	Belém	PA	1877	Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil
Asilo São Luiz	Piedade	MG	1878	Pe. Domingos Pinheiro
Colégio Salesiano Santa Rosa	Niterói	RJ	1883	Salesianos
Colégio N. Sra. das Dores	Uberaba	MG	1885	Sociedade Educadora Infância e Juventude
Liceu Coração de Jesus	São Paulo	SP	1885	Salesianos
Colégio Anchieta	Nova Friburgo	RJ	1886	Jesuítas
Colégio Sant'Ana	Goiás	GO	1889	Colégio Santa Rosa de Lima
Escola de 1º Grau São Francisco de Assis	Pelotas	RS	1889	Soc. Caritativa e Literária São Francisco de Assis

Fonte: Moura, 2000, p. 90-91.

A educação escolar refletia os conflitos entre a Igreja Católica e o Estado sobre quando, como e de que maneira educar, e também sobre quem tinha direito à educação. Em outras palavras, na construção da sociedade brasileira, as autoridades que governavam não sentiam necessidade da escola, e a educação acontecia em todos os lugares. A formação humana adquirida na escola era destinada a poucos. A ampla maioria ficou excluída. Autoridades políticas e religiosas, desde o início da colonização, introduziram ideias, hábitos, valores e condutas, e pela coerção, punição e controle, pretendiam que todos os trabalhadores estivessem disciplinados, civilizados e acostumados ao trabalho. Portanto, não havia tempo para os estudos.

Era preciso mudar hábitos domésticos e fazê-los aceitar as novas regras sociais públicas da vida nas cidades. Era como se arrancassem homens e mulheres de suas rotinas e modos de vida, regidos pelo tempo da natureza, e os lançassem numa situação estranha, que exigia comportamentos e saberes desconhecidos. Homens e mulheres tinham de se relacionar com as cidades, com as normas, regras, leis e instituições. Muitos se sentiam estranhos, envergonhados e inferiores. Precisavam conhecer e diferenciar o que era privado e o que era público, mas não conseguiam, não sabiam. Como se comportar na praça e nos espaços públicos? A quem escutar? Aos governos ou à Igreja Católica?

Enquanto políticos e autoridades do governo discutiam pela imprensa e jornais a necessidade de escolarização da população trabalhadora, esta pouco conseguia enxergar a sua necessidade e significado. Alguns consideravam a educação uma perda de tempo, outros defendiam que as escolas deveriam formar boas mães e esposas, e alguns temiam ter seus lucros reduzidos se os filhos dos lavradores frequentassem escolas em vez de trabalharem nos roçados, plantações de grãos e na colheita.

Mesmo sem escolas ou com pouquíssimas delas, a educação ocorria nos sermões proferidos pelos padres durante a missa dominical, nas normas de comportamento social ditadas pelos coronéis e por meio das decisões de juízes e bispos. A educação acontecia também nas famílias, no trabalho diário dos trabalhadores, nas rebeliões, formas de resistência e fugas, nas tentativas de organização dos trabalhadores, nos rituais e festas religiosas, além das manifestações populares e culturais.

Quando e como os funcionários e as funcionárias passaram a ser vistos pelo poder público?

O jurista, advogado, deputado, senador, diplomata e ministro da Fazenda, **Rui Barbosa**, subiu por diversas vezes à tribuna do Parlamento para denunciar o número de analfabetos e defender a importância do ensino normal, dos jardins de infância, da criação do Ministério para a instrução pública, bem como a obrigatoriedade e a frequência escolar, além de propor a criação de um museu pedagógico para fins de documentação e um fundo escolar fundamental para o desenvolvimento do ensino. Também de sua autoria foi a Lei Saraiva, de 1882, que exigia para o voto maior quantidade de renda, idade mínima de 21 anos e sexo masculino. As mulheres e os analfabetos, parcela significativa da população, não podiam votar para escolher seus representantes. Essas medidas, na prática, excluíram quase todos dos processos eleitorais. Na Reforma do Ensino Primário de 1883, proposta por Rui Barbosa, encontramos a presença dos funcionários. Observe os seguintes parágrafos:

§ 22. Em cada escola normal haverá um diretor, um secretário, um censor, um amanuense, que acumulará as funções de bibliotecário e arquivista, um preparador para os gabinetes de física, química e história natural, um porteiro, um contínuo e os serventes precisos.

§ 27. O governo fixará em regulamento, as atribuições dos funcionários das escolas normais.

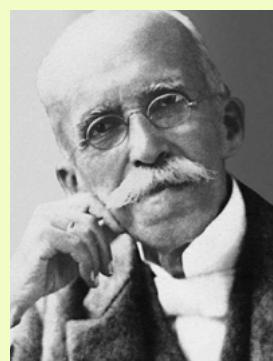
Fonte: Ministério da Educação e Saúde. Obras complementares de Rui Barbosa. Reforma do ensino primário. Rio de Janeiro. Vol. X; tombo IV, 1883, p. 108-109.

Desde o final do Império, Ruy Barbosa denunciava as precárias condições em que se encontrava a educação do país. O censo escolar de 1890 apontava a existência de 14 milhões de habitantes, dos quais 80% eram analfabetos. De fato, no Brasil, as oligarquias rurais e urbanas combinaram os interesses nacionais e locais com os interesses dos países capitalistas desenvolvidos, além de desconsiderar as necessidades e a cultura da população. Para continuar no comando, os governantes e as elites dirigentes propuseram políticas e providências que visavam à implementação



Saiba Mais

Rui Barbosa (1849-1923) foi um influente jurista, político e diplomata brasileiro. Natural de Salvador, Bahia, formou-se em Direito na Faculdade de Direito do Recife e rapidamente se destacou como um dos principais intelectuais do Brasil.



de medidas de crescimento econômico desigual, mantendo estruturas arcaicas e práticas clientelistas. Isso incluiu lealdades e privilégios que frequentemente serviram aos interesses subordinados aos países capitalistas.



Fachada do Liceu Maranhense. Fonte: Wikimedia Commons



Estudantes no Colégio São Bento/SC. Fonte: Colégio São Bento

No Brasil, no final do Império, clubes, associações e congregações religiosas passaram a difundir a ideia de instruir e educar os excluídos, mas mesmo assim as autoridades determinaram (Brasil, 1854, arts. 69 e 70):

Art. 69 Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º. Os meninos que padecem de moléstias contagiosas.

§ 2º. Os que não tiveram sido vacinados.

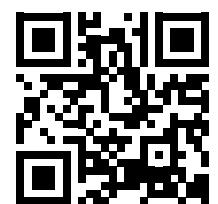
§ 3º. Os escravos.

Art. 70 Às lições ordinárias das escolas não poderão ser admitidos alunos menores de 5 anos e maiores de 15.



Saiba Mais

Para conhecer o Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, na íntegra, acesse o site do Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br).



Quem mais lutou pelo direito à educação dos pretos e pobres? Sabemos que agremiações, clubes de irmandades e grupo de abolicionistas passaram a difundir a ideia de educar a população preta, pobre e desfavorecida. Os abolicionistas Luís Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e Maria Firmina dos Reis lutaram pela abolição da escravidão, pela libertação das pessoas escravizadas e pela melhoria das condições de vida da população preta, pobre e excluída.



Luís Gama (1830-1882) foi um dos primeiros negros a obter reconhecimento intelectual no país.



André Rebouças (1838-1898) defendeu abertamente a causa abolicionista e foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Após a abolição, dedicou-se também à causa republicana.



José do Patrocínio (1853-1905) participou ativamente de campanhas pela libertação dos escravos e foi um dos principais líderes da campanha abolicionista no Brasil.



Maria Firmina dos Reis (1822-1917) foi uma escritora brasileira e a primeira romancista negra do Brasil. Em suas obras, abordava temas como a escravidão, a liberdade e a igualdade de gênero.

Fonte: Wikimedia Commons

Relatórios de 1834 de Chicorro da Gama - Ministro do Império sobre a educação

Insistia na insuficiência do método mútuo ou lancasteriano. Reclamava a criação do cargo de inspetor de estudos, ao menos na capital do Império, porque era impraticável o ministro presidir a exames e fiscalizar escolas, enquanto tinha que organizar a administração pública, pois tínhamos herdado um mau sistema administrativo da colônia. Como a fiscalização da instrução era feita pelas Câmaras Municipais, órgão inadequado e, portanto, ineficiente, seria necessário um inspetor e diversos delegados para fazerem com que os professores desempenhassem melhor suas obrigações e os alunos aproveitassem mais as aulas (FREIRE, Ana Maria. A. Analfabetismo no Brasil. São Paulo, Editora Cortez, 1993, p. 59).



Pratique

- 1.** Assista ao documentário no Youtube "Cais do Valongo - Sangra da terra", de Direção de Wawá Carvalho. Discuta com seus colegas e escreva sobre a cultura, a alimentação e como foram tratadas essas pessoas capturadas na África e vendidas como objetos aqui. Escrever em seu Memorial.
- 2.** A partir dos estudos que você já realizou até o momento e das reflexões desencadeadas pelas leituras realizadas e em interação com seus colegas de turma, elabore um pequeno texto reflexivo tendo como base as seguintes perguntas:
 - a)** A escola pública está a serviço de quem? Como contribuir e fazer da escola pública, de fato, um lugar de formação e de aprendizagens? Como pode ser a contribuição dos/as funcionários/as da secretaria e da alimentação?
 - b)** Como explicar a invisibilidade dos/as funcionários/as nas escolas?

Resumo

Na sociedade brasileira, a escola pública não possuía lugar, significado ou reconhecimento. A necessidade e as funções das escolas surgiram de transformações econômicas, políticas e sociais. Como uma das instituições sociais, as escolas tinham o papel de reproduzir ou transformar as relações do modo de produção capitalista, que estava começando a se organizar.

As práticas educacionais e pedagógicas foram instrumentos de disseminação de valores morais, religiosos, dos comportamentos adequados e da visão de mundo.

As províncias criaram algumas escolas em número insuficiente e de acesso restrito. As funções eram modelar as condutas e os hábitos, além de propagar concepções de mundo.

No vácuo da inoperância e descaso das autoridades governamentais, as escolas confessionais, apesar dos frequentes conflitos entre o Estado e a Igreja, encontraram um campo fértil para prosperar, o que, de certa forma, contribuiu para que o Estado permanecesse na inoperância em relação à organização de um sistema público de educação.

Anotações





6

A República dos Coronéis e as pressões populares pela educação escolar



A República dos Coronéis e as pressões populares pela educação escolar

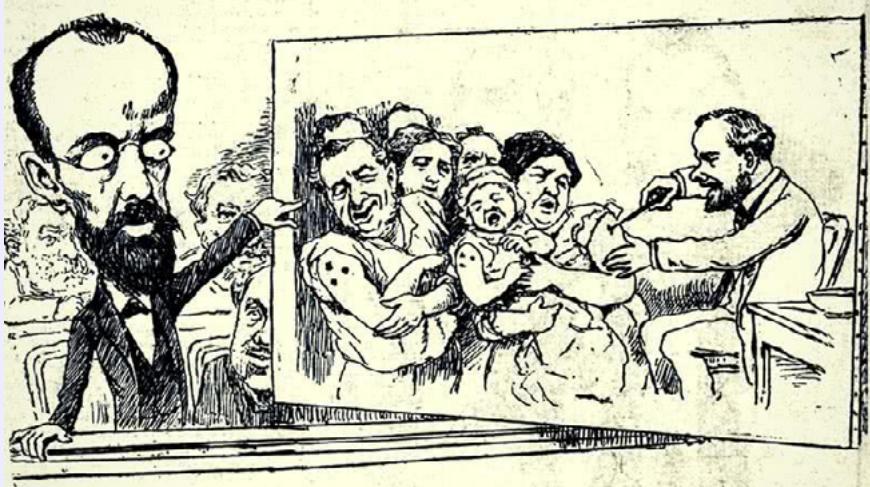
De agora em diante, vamos refletir sobre a educação escolar na República brasileira, instalada em 1889 sobre as arcaicas estruturas da monarquia imperial. Com ela, esperava-se alcançar a ordem e o progresso em meio a tantas desigualdades, privilégios de poucos, concentração de riquezas e milhares de trabalhadores distantes das condições básicas de sobrevivência. O censo escolar de 1890 demonstrou a existência de 80% de analfabetos numa população de 14 milhões de habitantes.

Após a promulgação da República, nossa sociedade permaneceu com as características estruturais anteriores: latifúndio, economia agroexportadora e sistema patriarcal. O cenário era constituído por uma população negra, livre, sem destino e sem direitos sociais. Permanecia uma visão de que as mulheres não necessitavam frequentar as escolas e os espaços públicos, e havia indiferença em relação ao elevado índice de analfabetismo entre adultos e crianças, assim como à situação de abandono da infância.

Problemas sociais e econômicos crônicos

O Rio de Janeiro foi assolado por uma grande epidemia de febre amarela, que se manifestou com grande virulência entre dezembro de 1849 e setembro de 1850. Posteriormente, entre 1855 e 1856, ocorreram epidemias de cólera-morbo e varíola. Além disso, a tuberculose, doenças intestinais e malária eram flagelos persistentes na capital do Império. Nos anos mais críticos, a febre amarela chegou a ceifar a vida de 3 a 4 mil pessoas em uma população estimada de cerca de 270 mil habitantes em 1872.

1904 - A Revolta da Vacina



Charge de época que retrata o contexto da Revolta da Vacina. Fonte: Agência Senado

O Rio de Janeiro contava com uma população de 720 mil pessoas que, sem os serviços de saneamento básico, estava exposta a epidemias de febre amarela e varíola. A falta de saúde pública tornou-se um dos maiores desafios do então presidente Rodrigues Alves. Decidido a combater a febre amarela, convidou Osvaldo Cruz a assumir a Diretoria Geral da Saúde Pública. Em 31 de outubro de 1904, o Congresso aprovou a lei que tornava a vacinação obrigatória. Em menos de uma semana, violentos confrontos entre os populares e as forças policiais tiveram início, pois a população era contra a obrigatoriedade da vacina. Em meio a esses conflitos, a vacinação ocorreu e, em pouco tempo, a varíola desapareceu do Rio de Janeiro.

A abolição da escravatura (1888), a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (1889), a criação do primeiro grupo escolar, em São Paulo (1890), a Revolta de Canudos (1890) e a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro (1904), revelam que existiam sentimentos de insatisfação e movimentos de resistência e de contestação da ordem política, econômica e social. Naquela época, o número de analfabetos preocupava alguns juristas e políticos, enquanto que, para outros, as preocupações eram os negócios da família, como a produção e a exportação do café, as primeiras indústrias e as formas de organização e de manifestações dos trabalhadores.

Que sentido teve a República para a população?

Para alguns políticos, significou a tentativa de equiparação do Brasil com outros países e a possibilidade de descentralização do poder político na República.

Para outros, analfabetos e trabalhadores, a situação continuou precária. Eles haviam sido excluídos pela própria estrutura econômica e social do acesso aos bens e direitos elementares de sobrevivência e ao direito ao conhecimento, à educação escolar e à cultura que os capacitassem para compreender as razões de tantas desigualdades. Vamos recordar que, em 1888, ocorreu a abolição da escravatura e milhares de pessoas foram jogadas para as ruas, como num chafariz, sem direitos sociais, sendo abandonadas.

Enquanto para a Europa a República significava possibilidade de acesso aos direitos sociais, no Brasil, para a maioria da população que ainda vivia no campo, quase nada significou, pois permanecia sem direitos sociais básicos, sem acesso à educação escolar e sem cidadania.

Com a República, as leis de toda a nação valem para todos, ou deveriam valer. O que está escrito nas leis serve para todos os homens e mulheres. Mas a situação da maioria da população estava distante dos direitos básicos para sobreviver. Nas principais cidades e capitais, aceleraram-se as atividades de comércio, transporte, imprensa escrita, iluminação a base de lamparina e querosene, infraestrutura de construção civil, pontes, estradas e captação de água dos rios. Tudo isso demandava muitos recursos do governo federal.

No campo social, predominava uma ilha de poucos afortunados num oceano de desfavorecidos. Quais eram, então, os problemas sociais? Todos: moradias inadequadas, doenças, isolamento, analfabetismo, desinformação, crendices, discriminação social, fanatismos, dogmas religiosos, coronelismo, irregularidades na cobrança de impostos, desigualdades, pobreza e miséria, além de conflitos entre as ideias europeias com as visões dos habitantes locais e a falta de dinheiro para financiar a educação.

Enquanto isso, nos meios políticos e financeiros, o Presidente da República negociava empréstimos externos com os banqueiros internacionais para destiná-los às oligarquias rurais para a criação

de estradas de ferro ou subsidiar os grandes fazendeiros do café. Era comum a prática política de lealdade e fidelidade entre presidente e os grandes fazendeiros, agraciados com o título de coronel, sendo comum a política de favorecimento econômico entre ambos.

O modo de vida nas cidades impulsionava as mudanças de produção agroexportadora para a urbano-industrial. Da produção agrícola, passamos para a produção industrial. O país caminhava lentamente em sua formação econômica e social: expansão e urbanização das cidades, com a presença dos imigrantes europeus – italianos, ucranianos, alemães; o crescimento demográfico; o surgimento das primeiras indústrias têxteis e alimentícias; a composição da associação de intelectuais preocupados com a negação da cultura e das artes pela população brasileira. Também surgiram ideias de valorização da identidade nacional e das riquezas na fauna, flora e artes, que ganharam força nas décadas de 1920 e 1930.

Durante a 1^a República, ocorreram várias reformas na educação escolar em todo o país e inúmeras propostas de reforma nos estados. Eram propostas em forma de decretos, que pretendiam dar direção à educação secundária, ao curso normal e ao ensino escolar. A educação primária continuou como responsabilidade dos Estados e praticamente ignorada pela União.



Saiba Mais

Se você deseja conhecer mais sobre o **Centenário da Independência**, consulte o livro "500 anos de educação no Brasil", organizado pelos autores Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga (Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000).

REFORMAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA REPÚBLICA VELHA

ANO	RESPONSÁVEL	LOCAL
1910	Benjamin Constant	no país
1911	Rivadávia Correia	no país
1920	Sampaio Dória	em São Paulo
1915	Carlos Maximiliano	no país
1922	Lourenço Filho	no Ceará
1927	Francisco Campos	em Minas Gerais
1925	Carneiro Leão	em Pernambuco
1926	Anísio Teixeira	na Bahia
1927	Fernando de Azevedo	no Rio de Janeiro



Reformas na educação escolar na República Velha.
Fonte: Elaboração própria com adaptação de Freepik.

Então, nas décadas de 1920 e 1930, como a educação escolar foi tratada pelos governos?

Foi um momento de muitas reformas estaduais. A falta de escolas primárias e secundárias e um número grande de estudantes sem o direito à educação pública tornaram-se visíveis. Nesses anos, espalharam-se por todo o país as escolas normais para formar professores, os liceus, os seminários e colégios que ofereciam o ensino secundário. Os estados continuaram a organizar a sua rede de ensino, composta por jardins da infância, escolas primárias, grupos escolares e escolas normais.

No Rio de Janeiro, um grupo de jornalistas, advogados, políticos, escritores, engenheiros, professores e intelectuais criaram a Associação Brasileira de Educação - ABE, em 1924. A associação tinha o objetivo de lutar e defender a educação pública, propondo a implantação de uma política nacional de educação regulada pelo governo federal. Representou uma atitude política e de compromisso de um grupo de educadores e intelectuais com ações em defesa da educação no país.



Atenção

Com a grande depressão, em 1929, os preços do café despencaram. A saca, que custava 200 mil réis em agosto, passou a 21 mil réis em janeiro do ano seguinte.

A crise atingiu toda a economia brasileira. Mais de 500 fábricas fecharam as portas em São Paulo e Rio de Janeiro.

O país teve quase dois milhões de desempregados no final de 1929. A miséria e a fome atingiram a maioria da população.

Nas eleições de 1930, o candidato da oposição, Getúlio Vargas, foi derrotado nas urnas.

Alguns meses mais tarde, Vargas liderou um golpe que o conduziu à presidência da República.

Então, durante os primeiros anos da República, o baixo crescimento da indústria era justificado pela pouca educação escolar. Alguns diziam que a ignorância da população gerava rebeliões, motins e desordem social. Foi nesse cenário que a educação escolar pública passou a ser compreendida como redentora de todos os males sociais. Além disso, a economia do país passou a exigir um trabalhador com algum tipo de conhecimento e comportamento. Então, a escola pública tornou-se necessária, um lugar adequado para disciplinar as pessoas e transmitir as regras de civilidade, valores religiosos e de conduta que contribuissem na produção econômica.

As funções da escola pública seriam, então, determinadas por meio do modelo de homens e de mulheres que se desejava para uma sociedade capitalista, de classes. Portanto, coube às escolas, entre outras instituições, selecionar, hierarquizar e classificar aqueles que tinham aptidão e vocação para as atividades de comando. Outros, considerados incapazes de aprender, deveriam ser encaminhados para tarefas manuais braçais e inferiores.

Para assegurar essa visão ideológica, que reafirmava a inferioridade, muito contribuíram os estudos da biologia e da psicologia, aproveitados por autoridades políticas que usavam do prestígio

científico para tomar medidas discriminatórias na educação escolar pública no Brasil.

A partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como ministro Francisco Campos, o Brasil passou a centralizar os dispositivos legais, organizacionais e institucionais. Toda a legislação educacional tornou-se nacional. Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas tornou-se Presidente do Brasil em meio às pressões externas dos banqueiros e internas decorrentes dos conflitos políticos em torno da exportação do café e do charque gaúcho. A política econômica de Vargas apontava mudanças sociais, trabalhistas e partidárias.

Eram os ventos da modernização e todos tinham que apressar o passo. Eram outros tempos: da modernidade! O relógio tornou-se o símbolo da velocidade, do ritmo, da produtividade, passando a indicar como a população deveria proceder. Tempos de urbanização e industrialização, das ferrovias e rodovias, de empréstimos externos, de contratos trabalhistas marcados em horas, dias e meses, do salário mensal ou quinzenal e carteira de trabalho.

Então, as alterações advindas das ferrovias, da indústria, do comércio e da utilização de produtos importados, da lavoura de café produzido, transportado e exportado, e das diferentes formas de contratação de trabalhadores, revelaram uma nova realidade.

Nesse cenário, era preciso saber ler e escrever, tirar os documentos, registrar os filhos, assinar o nome e andar nas cidades. Aqueles que viam a escola bem distante tiveram que correr, do contrário, restariam os trabalhos rudes, braçais e manuais. Para os afortunados economicamente, caberia administrar, comandar e controlar a fortuna, o patrimônio familiar.

Afirmava-se, portanto, a divisão entre classes sociais, legitimando a separação entre os que elaboram e os que executam as práticas sociais. Assim, a escola pública funcionava como o instrumento de manutenção de privilégios de poucos – as elites proprietárias de terras – e das desigualdades de classe, de gênero e de sexo e de exclusão da maioria. É verdade que a formação escolar e moral que os filhos das elites recebiam nessas escolas os colocavam em melhores condições que a maioria.

Não podemos esquecer que as campanhas de regeneração social e de combate à miscigenação racial foram conduzidas e encaradas



Refita

Ao longo do século XX, políticos, cientistas, médicos e psicólogos defendiam um projeto de nação que mantinha antigas ideias dos escravocratas de supremacia branca, a classificação do coeficiente de inteligência, a segregação racial e a defesa da pureza de sangue.

com naturalidade pelas autoridades em todos os níveis de governo e em todo o país. As funções da escola eram de corrigir desvios e anomalias, além de incorporar nos estudantes novos padrões de consumo, conduta e moldar novos estilos de vida moderna. Note que, sem o domínio da escrita e da leitura, sem acesso à cultura e sem direitos sociais básicos, passamos a uma sociedade disponível aos apelos de propaganda para o consumo de produtos vindos do exterior.



Saiba Mais

Saiba mais sobre **Fernando de Azevedo** – no vídeo elaborado pela Fundação Joaquim Nabuco.



https://www.youtube.com/watch?v=_GXSncgRhgo



Pratique

Em 1926, Fernando de Azevedo conduziu o Inquérito sobre a instrução pública. O questionário tinha 16 questões, feitas a vários intelectuais. A primeira poderia ser, de forma simplificada e na linguagem de hoje, formulada desta forma: "Você acha que os anos iniciais e os professores formados em nossas faculdades de pedagogia estão à altura das exigências do desenvolvimento?" O resultado do diagnóstico, segundo o autor, mostrou que a maioria dos entrevistados reprovava a educação: não era organizada, estava atrasada, não estava ligada com a realidade e os professores não estavam dispostos a mudar. A única notícia boa, ainda segundo o autor, é que todos concordavam que era necessário reformar a educação.

Vamos retomar a questão de Fernando de Azevedo, colocando para os funcionários e funcionárias da escola as seguintes questões:

- a)** Você acredita que a escola de hoje (2024) está preparada para formar, cuidar e atender às necessidades das crianças, adolescentes e adultos? O que precisamos mudar?

- b)** Você acredita que precisa se preparar melhor para trabalhar com crianças, adolescentes e adultos?

Resumo

A República herdou um grande número de homens e mulheres pobres, analfabetos, sem direitos, habitações e poucas escolas primárias e secundárias, além de poucos recursos financeiros e várias pressões populares.

Os governos tinham discursos de modernização e industrialização da sociedade brasileira, mas as ações e medidas para promover a educação primária e secundária eram fragmentadas, desorganizadas e desarticuladas.

A educação pública, que era insuficiente em todo o país, serviu de instrumento de formação das elites dirigentes e de preparação para o trabalho, resultando em um sistema dual de ensino: a escola que formava para o trabalho, pragmática, utilitária e com aprendizagem dos rudimentos para inserção nas fábricas, indústrias e comércio, e a escola clássica, propedêutica, que preparava os estudantes para o acesso ao ensino superior, destinada a formar os dirigentes e os burocratas para o trabalho da condução e administração do próprio Estado.

Anotações



A photograph of a man with a beard and long hair tied back, wearing an orange hoodie, shouting into a blue megaphone. He is holding up a white sign with a red border. In the background, there are other people and a flag. A large white number '7' is overlaid on the bottom left.

7

Manifestos de educação: ao povo e ao governo



Manifestos de educação: ao povo e ao governo

Neste encontro, vamos conversar sobre dois manifestos e o que eles representaram para os profissionais da educação. O primeiro, chamado **"Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova"**, escrito em 1932 e assinado por 26 signatários, e o segundo, **"Mais uma vez convocados: manifesto ao povo e ao governo"**, publicado em 1959.

Comecemos pelo **Manifesto dos Pioneiros de 1932**. Já sabemos que, durante toda a década de 1920, associações, juristas, intelectuais, poetas e políticos expressaram a necessidade de uma educação nacional e criticaram o seu abandono no país. **Anísio Teixeira** participou com suas ideias e propostas em defesa da escola pública para todos. Observe a atualidade do que dizia:

O direito à educação faz-se um direito de todos, porque a educação já não é um processo de especialização de alguns para certas funções na sociedade, mas a formação de cada um e de todos para a sua contribuição à sociedade integrada e nacional que se está constituindo com a modificação do tipo de trabalho e do tipo de relações humanas (p. 66).

A forma democrática da vida funda-se no pressuposto de que ninguém é tão desprovido de inteligência que não



Anísio Teixeira. Fonte: Wikimedia Commons

Saiba Mais

Anísio Teixeira (1900-1971) foi um educador e escritor que dedicou sua vida em defesa da escola pública. Participou dos debates e ajudou a construir os princípios filosóficos do movimento dos pioneiros da Escola Nova. Deixou um legado vivo em suas obras:

Educação para a democracia: introdução administração educacional (1936);

A educação não é privilégio (1957);

A educação é um direito (1968).

Trecho do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova:

"Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação."

Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional.

Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo e a iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade."

tenha contribuição a fazer às instituições e à sociedade a que pertence (p. 29).

O homem precisa educar-se, formar a inteligência, para poder usar eficazmente as novas liberdades. A inteligência, no sentido em que falamos, não é algo de nativo, mas algo de cultivado, de educado, de formado, de novos hábitos que a custo se adquirem e se aprendem (p. 33).

Fonte: Teixeira, Anísio. Educação é um direito. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

Nesse sentido, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, documento redigido por **Fernando de Azevedo** em 1932, representou a tomada de posição dos intelectuais liberais num movimento em que propuseram a reconstrução educacional no Brasil, estabelecendo princípios norteadores: universalização da educação, laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação, descentralização, formação universitária para professores, educação pragmática e utilitária e espírito científico nas investigações.

Os pioneiros defendiam a educação pública como função do Estado, e a ele caberia dar sistematização e organização nacional. Esse movimento de reconstrução educacional criticou a ausência de uma cultura universitária, a desarticulação e a fragmentação, a descontinuidade das medidas educacionais, as tentativas de reformas parciais e arbitrárias, o isolamento em que vivia a escola em relação a outras instituições, os métodos tradicionais, a falta de espírito crítico investigativo e o atraso em que vivia o país.

A reflexão que quero propor a você é a seguinte: o conteúdo do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova representava uma ruptura com a maneira de pensar e de conduzir a educação.

Havia na sociedade brasileira duas visões: um **grupo conservador**, representado pelos latifundiários, políticos, médicos e bispos da Igreja Católica, que defendiam ofertar e estabelecer normas e regras para a educação para os aptos e eram contra a educação para homens e mulheres juntos; e o **grupo dos liberais**, que congregava intelectuais liberais que defendiam a educação pública, laica, gratuita e obrigatória, comum para ambos os sexos, e propunha



Atenção

Os pioneiros afirmaram que o caminho para a modernização passava pela reconstrução da educação pública, gratuita, laica e obrigatória, pelo desenvolvimento científico e investigativo e pela criação de um sistema nacional de educação integrado e articulado.

Defenderam a educação pública, obrigatória, gratuita e laica como questão nacional e de responsabilidade do Estado.



Atenção

As mulheres foram por muito tempo excluídas do direito de estudar. Aos poucos, lutaram para sair do espaço doméstico, reservado e privado, e conquistaram o espaço público.

O Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, assegurou o voto feminino no Brasil após intensa campanha nacional pelo direito das mulheres ao voto.

No entanto, inicialmente, apenas mulheres casadas, viúvas e solteiras com renda própria podiam exercer esse direito básico para o pleno exercício da cidadania.

Em 1934, as restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral, embora a obrigatoriedade do voto fosse um dever masculino.

Finalmente, em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres.

um fundo público para financiamento, o que na época representou um avanço em relação à visão conservadora.

Para além dos manifestos, os conflitos políticos e de ideias explodiram na elaboração da Constituição Federal de 1934, que delegou a responsabilidade de organização e manutenção dos sistemas educativos aos Estados e ao Distrito Federal (art. 151), sendo que à União ficou a tarefa de traçar as diretrizes da educação nacional (art. 5º, XIV) e de fixar o Plano Nacional de Educação (art. 150). E ainda, para atender ao grupo dos católicos conservadores, estabeleceu a frequência facultativa no ensino religioso e a isenção de impostos para escolas privadas, primárias e profissionais (art. 153).

No campo da formação econômica e social, as autoridades desconsideraram a educação de seu povo, a ponto de ser visível o número de analfabetos e o desenvolvimento subordinado do país à economia internacional. A herança da escravidão, os latifúndios, a concentração de renda e de riquezas e uma parcela da população sem os direitos sociais básicos de sobrevivência e de educação eram questões inadiáveis.

As oligarquias rurais e urbanas conservadoras optaram pela dependência e subordinação do país aos credores externos. Além disso, gozaram e usufruíram de privilégios e benefícios concedidos pelos governos federal e estaduais em todas as épocas.

Então, e a educação escolar pública? As necessidades da vida cotidiana nas cidades, os saberes contábeis, a leitura e a ausência de trabalhadores qualificados tornaram-se exigências imperiosas. De um lado, a serviço do desenvolvimento econômico, e de outro, como direito universal para a formação humana, lentamente fez emergir uma nova mentalidade: a necessidade de uma educação obrigatória nacional.

Passemos, então, à reflexão sobre um trecho do segundo manifesto, escrito por intelectuais e educadores em 1958.

O segundo manifesto, intitulado "**Mais uma vez convocados: manifesto ao povo e ao governo**", é um documento assinado por 164 intelectuais que tomaram posição de luta em defesa da escola pública para todos e trouxeram à tona os conflitos entre liberais e católicos, ou seja, entre aqueles que defendiam a escola pública e aqueles que defendiam a escola privada.

Nesse segundo manifesto, escrito em 1958, os educadores reafirmam a educação pública, gratuita, liberal, sem distinção de classe, sexo e crença, apoiada nos valores democráticos de liberdade, de solidariedade, de cooperação, de justiça, de cidadania, de igualdade, de respeito, de tolerância e de convivência com a diversidade étnico-cultural. Uma educação voltada para o trabalho e o desenvolvimento econômico.



Florestan Fernandes.
Fonte: Wikimedia Commons

Florestan Fernandes (1920-1995) foi engraxate, garçom, professor, político, sociólogo e ensaísta brasileiro, considerado o fundador da Sociologia Crítica no Brasil. Atuou na Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública, gratuita, laica, popular, que resultou no manifesto "Mais uma vez convocados" (1958). Defendeu o financiamento público para a escola pública para todos. Além disso, foi deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, representando o Estado de São Paulo.



Reflita

Tudo isso é importante dizer, porque mudança implica luta, luta social.

Se o conservador quer mudar alguma coisa, quer fazê-lo para preservar suas posições de poder, ou, então para amplificá-las, para não correr riscos; o reformista quer mudar para conquistar posições de poder; e o revolucionário quer mudar porque se identifica com classes, com a civilização e o homem.

Fonte: FERNANDES., Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Editora Cortez, 1989, p. 167.

Trecho do manifesto "Mais uma vez convocados"

"A escola pública concorre para desenvolver a consciência nacional: ela é um dos mais poderosos fatores de assimilação como também de desenvolvimento das instituições democráticas. Entendemos, por isso, que a educação deve ser universal, isto é, tem de ser organizada e ampliada de maneira que seja possível ministrá-la a todos sem distinções de qualquer ordem; obrigatória e gratuita em todos os graus;



Refletá

Você se lembra que a República nos países da Europa Ocidental abriu a possibilidade de pôr em prática os valores republicanos?

Um deles é o direito à educação pública obrigatória, gratuita, laica, para ambos os sexos e financiada pelo Estado.

Já sabemos que a sociedade brasileira prescindiu da educação escolar. Embora em outros países já existisse um compromisso político dos governos com a educação, aqui no Brasil a nação foi construída sem a instituição efetiva das bases educacionais.

Homens e mulheres, em sua maioria, sem conhecer a escrita, a leitura e os números, e sem a escolarização básica, só puderam conhecer o trabalho nos campos, nas lavouras, nas indústrias e no comércio.

integral, no sentido de que, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, deve assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas. Fundada no espírito de liberdade e no respeito da pessoa humana, procurará por todas as formas criar na escola as condições de uma disciplina consciente, despertar e fortalecer o amor à pátria, o sentimento democrático, a consciência de responsabilidade profissional, cívica, a amizade e a união entre os povos."



Montagem de automóveis. Fonte: Freepik

O desenvolvimento industrial exigia trabalhadores com alguma escolaridade. Portanto, era necessário que a escola pública preparasse os homens para o trabalho por meio de cursos profissionalizantes. Você já ouviu falar das escolas agrícolas, industriais e comerciais do seu estado? As escolas técnicas e agrotécnicas vinculadas ao governo federal ou estadual formaram trabalhadores para as hidrelétricas, indústrias nacionais e multinacionais.



Colégio Agrícola de Apucarana - 1958. Fonte: TN/Uol



Refletir

As escolas públicas foram pensadas e criadas para reproduzir a divisão social de classe. Porém, elas também podem ser espaços de transformação em que homens e mulheres podem construir outras maneiras de viver e se organizar.

Por outro lado, em vários estados da federação, já estavam funcionando as escolas normais e os institutos de educação voltados para a formação de professores primários.

E quem eram os funcionários e funcionárias dessas escolas primárias e secundárias?

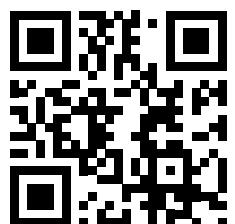
Pode-se dizer que os/as funcionários/as dessas escolas eram indicados/as por políticos, prefeitos ou autoridades locais. A educação pública no Brasil foi pensada em função da necessidade de mão de obra qualificada para as indústrias, comércio e serviços em geral. As escolas foram criadas porque o desenvolvimento das atividades industriais, comerciais, de exportação, portuárias, aeroportuárias, hoteleiras e de supermercados exigia a contratação de pessoas com escolaridade básica para desempenharem suas funções de maneira eficaz e garantir o funcionamento do sistema capitalista.

Por causa dessa mentalidade, de que a escola forma para o trabalho, é corrente a ideia de que, ao terminar os anos de estudos, todos terão trabalho. Engano. Não há trabalho para todos, tanto que alguns postos de trabalho foram eliminados, e é por isso que



Saiba Mais

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza pesquisas mensalmente sobre o emprego no Brasil. Você pode acessar os dados no endereço eletrônico: www.ibge.gov.br.



os cursos de capacitação e profissionalização são bem-vindos e podem ajudar com conhecimentos teórico-práticos que possibilitem a ressignificação de nossas ações cotidianas. Também temos que refletir sobre se muitos postos de trabalho são eliminados pelas máquinas; outros talvez podem ser criados. Então, os cursos de capacitação em serviço contribuem para melhor desempenhar nosso trabalho educativo e formativo na escola.

A ressignificação profissional dos/as funcionários/as da educação tornou-se necessária porque, na escola pública, as mudanças estão em processo. Temos computadores, internet, celulares, impressoras, televisão, smartphones, vídeos, câmeras internas, DVD, filmadora, aparelho de som, antenas parabólicas, máquina de reprografia, micro-ondas, laboratórios, consultório dentário e portão automático, o que demanda trabalhadores qualificados para atuar nos ambientes escolares.

O trabalho pedagógico e as atividades educativas estão sendo (re)pensados. As crianças e os adolescentes fazem outras perguntas, contam outros segredos, trazem os seus problemas, suas queixas e sonhos. As escolas públicas convivem com diversidades culturais e étnicas. O espaço e a região onde se localizam as escolas também se modificam. Portanto, diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e comunidade têm que participar e assumir as outras realidades e tomar outras decisões. É sobre isso que este curso pode ajudar você a refletir.



Pratique

Agora, vamos refletir sobre a educação escolar no estado ou no município onde você mora.

- a)** Todas as crianças estão nas escolas infantis?
- b)** A prefeitura de seu município cuida da educação das crianças?
- c)** Existe o Conselho Municipal de Educação na sua cidade?

d) Você participa das reuniões e das decisões na escola de seu filho?

e) Como os funcionários podem contribuir na construção do projeto político-pedagógico da escola?

Para a realização da atividade, você pode consultar sites da secretaria de educação do seu município ou do seu estado, ou até mesmo o site do **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP)** no endereço <https://www.gov.br/inep/pt-br>.

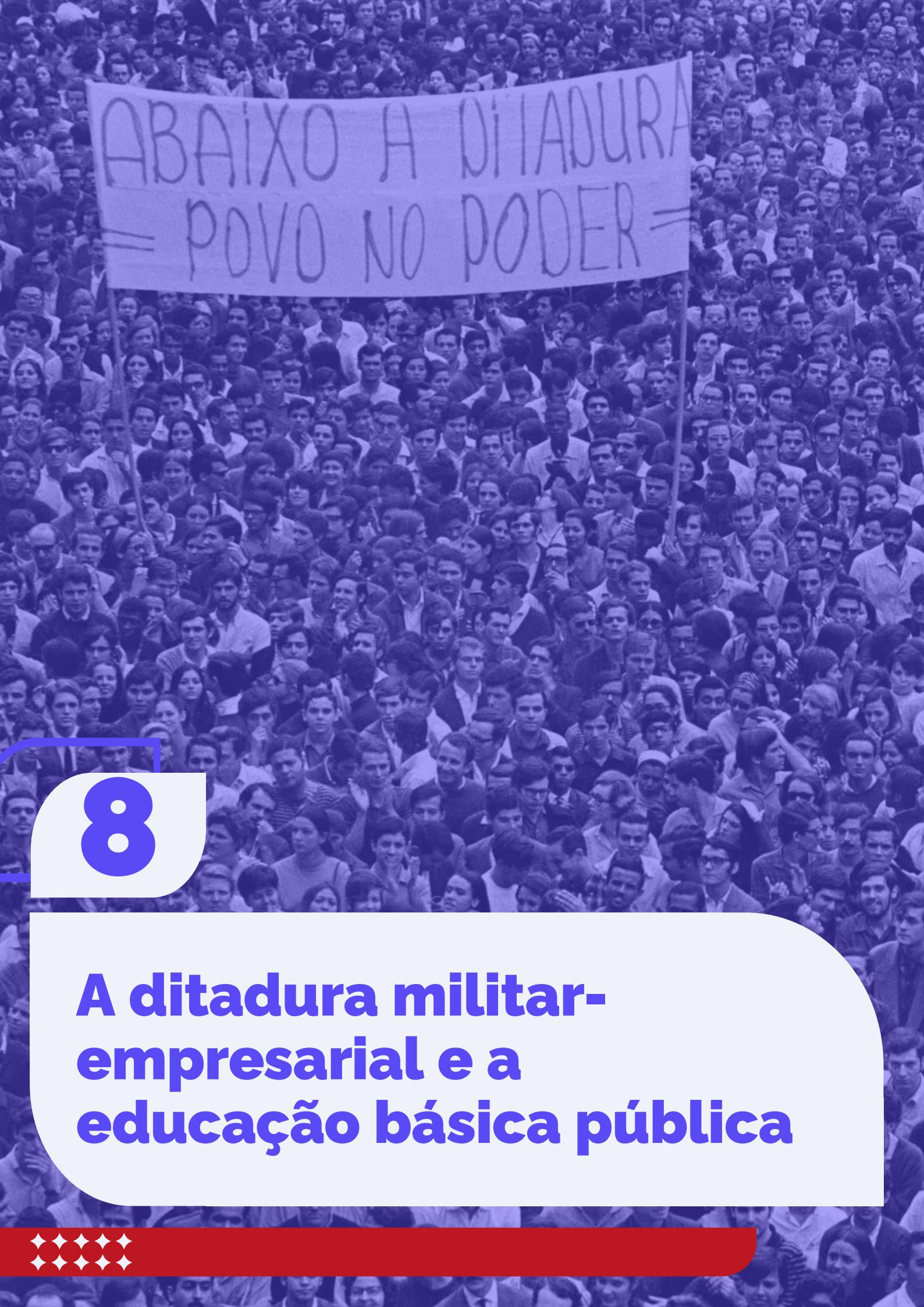
Resumo

A defesa da educação pública, gratuita, laica, obrigatória e democrática é uma luta de todos nós, todos os dias. Essa luta tem suas raízes em dois manifestos: um de 1932 e outro de 1959.

No Brasil, criou-se um sistema dual de educação: uma educação propedêutica, para os filhos das famílias abastadas, proprietárias de terras, senhores de engenho e donos das riquezas, e outra, profissionalizante, destinada aos filhos dos trabalhadores.

A educação pública avançou à medida que as indústrias e o comércio precisaram de trabalhadores qualificados para desempenharem tarefas mais complexas. Nesse período, na maioria das vezes, para ser funcionário/a de escola, era preciso ser indicado por alguém.

Os manifestos dos educadores e da educação são fruto da luta dos sindicatos, associações científicas e movimentos sociais em defesa de uma concepção de educação para todos – crianças, jovens e adultos – como um direito humano e social e um dever do Estado.



ABAIXO A DITADURA
POVO NO PODER

8

A ditadura militar- empresarial e a educação básica pública





Saiba Mais

Assista aos filmes “Visões”, do Diretor Christopher Hampton, e “Barra 68”, do Diretor Vladimir Carvalho. Esses filmes tratam do tema desta unidade: o período dos militares no poder.

O primeiro aborda a perseguição dos militares argentinos àqueles que contestavam o governo, e o segundo analisa os anos difíceis da ditadura militar no Brasil e a perseguição aos professores e estudantes na Universidade de Brasília.

A “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito”, elaborada pela Faculdade de Direito da USP, foi lida no dia 11 de agosto de 2022 no Largo São Francisco, São Paulo, durante ato em defesa da democracia. Consulte-a:



A ditadura militar-empresarial e a educação básica pública

Nesta unidade, a reflexão é sobre as marcas da ditadura militar na educação básica e na vida dos trabalhadores durante o governo dos militares. No Brasil, foram anos difíceis de censura, perseguições, prisões, cassações, exílios e restrição da liberdade de expressão de músicos, artistas, advogados, professores e pesquisadores. Prevaleceram longos anos de muita censura na televisão, nos jornais, nas letras das músicas, na cultura e nas escolas e universidades. A cidadania e os direitos sociais e políticos foram negados, e a educação básica e superior foi tratada como um instrumento de controle social e moral.

Pouco a pouco, as reivindicações por escolas públicas foram se efetivando, sobretudo após a década de 1960, marcada pelas pressões do contingente populacional que migrou do campo para as cidades. Com isso, os governos estaduais e municipais, pressionados, tiveram que responder às reivindicações de moradia, escola, postos de saúde e transporte urbano. Na educação escolar, foi preciso, então, ações concretas para dar respostas às demandas populares.

Geralmente, nos municípios, havia uma escola frequentada pelos filhos dos ricos e outra destinada aos filhos dos pobres. As escolas eram assim: os meninos uniformizados entravam por um portão e as meninas uniformizadas, por outro, e ficavam em pátios separados. Quando tocava o sinal, eram obrigados a fazer a fila, começando pelos fisicamente menores. Depois, junto com a inspetora de alunos, rezavam e, na sexta-feira, cantavam o hino nacional. Só depois subiam as escadas, sem correr, e ficavam esperando a professora. Quando a professora entrava, todos ficavam de pé.

Na sala de aula, todos sentados em cadeira de dois, obedeciam às ordens e faziam as lições de língua portuguesa, matemática, estudos sociais, ciências, desenho e educação física, conduzidos por uma única professora. Quase ninguém questionava. As meninas tinham também aulas de prendas domésticas. Repetição, declamação, memorização, punição e premiação foram práticas vigentes nas escolas públicas.



Saiba Mais

Acesse o QR Code abaixo e ouça o podcast "[Autoritarismo no Brasil, ontem e hoje](#)".



Alimentação escolar sendo servida para crianças. Fonte: DPE/PR

Ainda bem que as coisas mudam! A merendeira tem que ser conhecida e afável com todas as crianças, jovens e adultos. Ser simpática, desinibida, acolhedora, sempre alegre para alimentar o corpo e a alma das crianças. A merendeira é aquela que serve bem, dialoga e conhece todos. Sabe criar, explicar, orientar, conhece as crianças e jovens, sorri com elas. Ela sabe quem são aqueles que precisam muito do alimento do corpo e da alma. Ela também conhece aqueles que não comem, ou que está triste ou doente. Conversa e educa. Essas são algumas tarefas de quem atua na preparação da alimentação escolar. A merendeira tem sempre uma história para contar às crianças, um colo, um abraço, um carinho a oferecer a todos que convivem com ela.

Por exemplo, este curso de formação técnica em serviço busca transformar a merendeira em Técnica em Alimentação Escolar, com capacidade para discutir e analisar o cardápio escolar com o secretário de educação municipal, ou seu representante local e a nutricionista da escola. Os conteúdos do curso vão preparar os funcionários e funcionárias das escolas para serem educadores. No caso da alimentação escolar, a merendeira, após o curso,

deverá atuar como uma educadora alimentar, com domínio de conhecimentos teóricos, sociais e das práticas culturais e regionais. Ela será capaz de substituir alimentos industrializados por naturais, balancear os alimentos e bebidas das crianças e adolescentes, considerando as diferentes regiões do país.



Funcionários em reunião em escolas públicas. Fonte: CPERS

Vamos continuar para compreender a organização da escola pública no país.

A estrutura educacional constituída nos estados e municípios continha suas ambiguidades: uma escola para as elites, propedêutica e diurna, e outra, a escola para os trabalhadores, diurna e noturna. Em alguns municípios, temos as escolas técnicas profissionais.

Os municípios, os estados e a União criaram escolas públicas. Essas escolas, dos anos 1940 a 1960, eram administradas de forma vertical e centralizadas na figura do diretor, que comandava as ações. Ao diretor e aos supervisores, todos deviam obediência e o acatamento de suas ordens. Nessas escolas, transmitiam lições e formavam estudantes para a resignação, submissão, obediência e aceitação de verdades prontas e imutáveis.

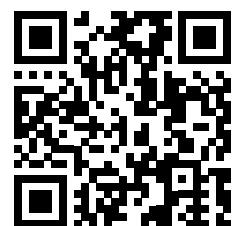


Recepção de Biblioteca. Fonte: Agência Senado



Saiba Mais

Lembre-se de que você pode acessar os números da educação básica brasileira no site do **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.inep.gov.br/estatisticas/>.



Acervo de Biblioteca Escolar. Fonte: Folha dos Lagos

O escritor Rubem Alves disse certa vez:

"Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são os pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar." (ALVES, 2001).

Algumas escolas desencorajaram os voos dos alunos, dos professores e dos funcionários. Em vez de dar-lhes asas para voar, criam dificuldades para entrar e nela permanecer. Os estudantes desistem, alguns professores e funcionários cumprem apenas as ordens.

Veja o caso dos trabalhadores que vieram do campo para as cidades e procuraram escolas públicas para os seus filhos. É verdade que, nos anos 1960, houve uma expansão física, ou seja, aumentou o número de escolas e também o número de crianças e jovens que precisavam estudar. O governador ou o prefeito construiu escolas, contratou professores e funcionários, mas ainda foi pouco. Então, veio outro problema: as escolas não estavam preparadas para receber meninos e meninas pobres, filhos dos trabalhadores. Além disso, o que era ensinando, os conteúdos, não faziam sentido para os estudantes. Muitos entraram nas escolas e muitos abandonaram ou foram expulsos delas. Os estudantes não aprendiam da forma que alguns professores ensinavam. Meninos e meninas pobres e trabalhadores não cabiam dentro das escolas públicas. Nessa sociedade de classes, muitos sofriam preconceitos, passavam fome e frio, foram - e são - discriminados por serem negros, pobres ou portadores de necessidades especiais. As estatísticas escolares mostram que muitos estudantes não permaneciam nas escolas, fracassaram e foram considerados incapazes de aprender, lembra? A qualidade na escola era entendida como a transmissão dos conhecimentos dos livros didáticos pelo professor. Os estudantes deveriam ter condições de repeti-los nas provas escritas a cada bimestre. Aqueles que não aprendiam ficaram para trás, abandonados, foram excluídos.

Uma outra questão importante: nas décadas de 1960 e 1970, cresceu o número de escolas públicas estaduais e municipais, bem como a quantidade de matrículas, turnos e salas de aula. Entretanto,

o número de professores e professoras continuou insuficiente. Mesmo com as instituições formadoras, como as escolas normais, os institutos de educação e os cursos de Pedagogia, eram muitos os professores e professoras sem habilitação formal, os chamados professores leigos, no exercício do magistério. Em alguns locais, a alternativa foi a dupla jornada de trabalho docente, aliada à crescente desvalorização profissional.

Boa parte dos estudantes que entraram na escola pública não permaneceram. Eles retornavam para o trabalho infantil ou para a rua, sem a menor perspectiva de romper com a pobreza em que viviam. Seus pais haviam migrado do campo ou das regiões do nordeste para as cidades em busca de uma vida melhor. A divisão social de classe evidenciou ainda mais a concentração da riqueza e de capital para poucos, a procura de trabalho nas indústrias e de escola para os filhos. As cidades passaram a ser divididas em bairros nobres e bairros da população trabalhadora. As companhias de habitação ergueram bairros inteiros de casas populares ou de apartamentos apertadíssimos, sem elevadores, onde se amontoaram os trabalhadores que pagariam prestações anos a fio.

Em 1964, os militares passaram a governar o país e impuseram a ditadura, a repressão, a censura, torturas, mortes e o sumiço das pessoas que ousavam desafiar o governo. Havia os olheiros. Todo mundo era vigiado. O que acontecia no país também ocorria dentro das escolas. Muitos intelectuais, professores, músicos, atores e políticos foram exilados no exterior: Chico Buarque, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Mário Covas, André Franco Montoro, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Leonel Brizola e Maurício Tragtenberg, entre outros, só retornaram quando houve a anistia.

Durante a ditadura militar, uma das formas explícitas de controle moral estava na introdução de disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros, e na punição aos estudantes indesejáveis ao regime militar, por meio do Decreto nº 477/1969, além da demissão de professores contrários ao regime.

Essas disciplinas eram organizadas da seguinte forma: nas universidades, Estudos de Problemas Brasileiros (EPB); nas escolas, Educação Moral e Cívica (EMC) no 1º grau, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no 2º grau, e, no ensino superior. Elas serviram para introduzir, de forma sutil, dentro das escolas e universidades, conteúdos disciplinadores e de controle moral das ações e manifestações dos cidadãos.



Saiba Mais

Saiba mais sobre a **Lei nº 5.692/1971**, acessando o QR Code abaixo.



Nesse contexto, os direitos sociais e políticos dos cidadãos foram abolidos. O autoritarismo se expressou em governadores indicados, que também nomeavam os diretores das escolas. As escolas foram obrigadas a implantar, no Ensino Médio, os cursos profissionalizantes, cuja finalidade era a formação de técnicos para as indústrias nacionais e internacionais.

A Reforma de Ensino de 1º e 2º Grau – **Lei nº 5.692/1971** – regulamentou a profissionalização compulsória em todo o país, sem que as escolas tivessem laboratórios, oficinas e infraestrutura adequadas para desenvolver esse tipo de curso. Foi um fracasso. Tratou-se de uma decisão vertical do Ministério da Educação sem a participação dos professores, funcionários e da comunidade. A experiência demonstrou que, se não partirmos da realidade de cada escola, da região, da cultura, dos sonhos das pessoas, os projetos não alcançam sucesso.

No ensino superior, os benefícios concedidos aos proprietários de faculdades fizeram surgir vários cursos de fins de semana, chamados de licenciaturas curtas. Em pouco tempo, os professores foram contratados para assumirem salas de aula, reproduzindo conteúdos prontos e acabados.

Como os trabalhadores se organizaram para garantir os direitos sociais?

As conquistas dos profissionais da educação expressam suas diferentes formas de organização social, política e profissional.

Desde o final do Império, os trabalhadores do setor privado, urbano e rural lutaram e reivindicaram direitos sociais. No setor público, os servidores não podiam se sindicalizar até 1988. Entretanto, sob muita vigilância, os trabalhadores lentamente foram se organizando em torno de associações e depois sindicatos. Fizeram greves e pressionaram patrões e governos.

Desde a República (1889), os funcionários do Estado, dos arsenais do Exército, da Marinha, dos ferroviários, da Central do Brasil, da Casa da Moeda, os carroceiros, os portuários e estivadores reivindicaram jornada de trabalho, descanso semanal, férias, licença remunerada para tratamento de saúde, aposentadoria, pensão para viúva e estabilidade depois de sete anos de trabalho. Criaram seus próprios jornais, realizaram congressos, passeatas, comícios e greves.



Saiba Mais

Você pode acessar a
Consolidação das Leis do Trabalho – CLT no QR Code abaixo:



A partir de 1930, o Presidente Getúlio Vargas aproximou-se dos trabalhadores para disciplinar e regulamentar as leis para regular as relações do trabalho, e foi aprovada a **Consolidação das Leis do Trabalho - CLT**. Ela prescrevia como direitos trabalhistas: descanso semanal; registro em carteira profissional; oito horas de trabalho; salário mínimo e formas de aposentadoria. Entretanto, foi na década de 1980 que os tipos de organização dos trabalhadores se diversificaram em associações, sindicatos, partidos políticos, confederações, entidades científico-acadêmicas e organizações não governamentais - ONGs.

Quando os trabalhadores da educação básica pública puderam se sindicar? Os profissionais da educação, inicialmente, não podiam se sindicalizar. A situação começou a se modificar por volta de 1946, quando os trabalhadores começaram a se organizar em confederações e associações dos professores.

Em dezembro de 1978, foi criada a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras - FASUBRA, entidade que representa os trabalhadores técnico-administrativos da Educação Superior. Em seguida, em 1982, foi criado, em Campinas, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES, para representar os professores da educação superior.

Nos anos oitenta, os trabalhadores da educação reafirmaram suas propostas de universalização da educação básica, acesso, permanência e sucesso, financiamento público, valorização profissional de professores e professoras e de funcionários e a gestão democrática.

Em Brasília, em 31 de julho de 1981, os funcionários das escolas públicas distritais e particulares, contratados sob regime celetista, criaram o Sindicato dos Auxiliares da Educação - SAE, e o Sindicato dos Funcionários Servidores da Educação - AFUSE, em 1985. No restante do país, professores e funcionários da educação foram se organizando e formaram um sindicato nacional de trabalhadores em educação. Em 1989 ocorreu a unificação das formas de organização dos trabalhadores da educação, com a transformação da Confederação dos Professores do Brasil - CPB na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, conferindo maior força e visibilidade ao movimento.

Ao longo desses anos, os profissionais da educação, por meio das associações, dos sindicatos e das confederações, formaram

uma categoria que luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, abordando questões salariais, saúde, previdência social, alimentação, escolarização e profissionalização, como uma reação aos mecanismos de exploração capitalista.

O que são os direitos sociais?

São direitos que surgiram na Europa Ocidental a partir de 1850, quando ficou evidente a grande distância entre aqueles que possuíam propriedades e meios de produção e os que vendiam sua força de trabalho por um salário. Os trabalhadores começaram a lutar para defender seus direitos, como: jornada de trabalho, descanso semanal, moradia, condições de trabalho, assistência médica e, posteriormente, educação, transporte, lazer, direito à água, à cultura e à informação. Esses direitos estão relacionados ao mundo do trabalho e das relações sociais e resultam da luta e da capacidade das organizações, sindicatos, associações e movimentos sociais de aprovar esses direitos nas instâncias institucionais e viabilizar sua ampliação. Dizem respeito a todos, homens e mulheres.



Pratique

Escolha uma das atividades a seguir.

- a. Convide um diretor do sindicato dos trabalhadores da educação de sua cidade ou região. Organize uma palestra com o tema "Criação, lutas, conquistas e desafios dos trabalhadores da educação do Estado". Para desenvolver esta atividade, prepare algumas perguntas.

b. Converse com um dos professores de História e com um funcionário mais antigo de sua escola. Convide-os para uma discussão sobre o governo dos militares e a educação básica. Registre tudo no Memorial!

c. Junto com sua tutora ou tutor, organize um encontro presencial. Faça contatos com a empresa responsável pelo abastecimento de água em sua cidade ou com uma empresa que produza algum tipo de alimento e solicite uma visita guiada. Organize-se com sua turma. Você vai aprender muito!

Resumo

Expulsas do campo, famílias inteiras migraram para as cidades em busca de melhores condições de vida. Do Nordeste, também fugindo da seca e em busca de trabalho, muitas famílias se dirigiram para as capitais, instalando-se nos bairros periféricos, em casas ou apartamentos populares, ou ainda em favelas. Pressionados e diante do agravamento das condições sociais da população, decorrente da exploração capitalista e da favelização urbana, governadores e prefeitos propuseram políticas sociais nas áreas habitacional, de saúde, previdência social, cultura e educação.

Houve um aumento no número de estudantes matriculados nas escolas públicas, mas muitos não permaneceram, continuando a viver nas mesmas condições de pobreza de suas famílias. A qualidade da educação era medida pela quantidade de conteúdos que os estudantes repetiam nas provas escritas. A reprovação era compreendida como incapacidade de aprender do discente.

A ditadura militar introduziu, por meio da educação, formas de controle moral nas escolas e universidades. Foi um período de cassação de direitos políticos e sociais. Pelo Ato Institucional nº 5, foram suspensos os direitos políticos e aplicadas medidas duras: repressão, tortura, censura, perseguição, punições e mortes.



9

Redemocratização: as lutas pelos direitos sociais e educacionais





Saiba Mais

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo de Almeida Neves derrotou o candidato do Partido Democrático Social (PDS), Paulo Maluf, nas eleições do colégio eleitoral para presidência.

Na véspera de sua posse, em 14 de março de 1985, Tancredo foi submetido a uma cirurgia de urgência, em Brasília, para extirpação de um tumor benigno no abdome.

Seu quadro clínico complicou-se, devido a uma infecção hospitalar, segundo se noticiou.

Transferido para o Instituto do Coração, em São Paulo, sofreu sucessivas operações, numa longa agonia que emocionou o país. Morreu em 21 de abril de 1985.

Redemocratização: as lutas pelos direitos sociais e educacionais

É 1985! Estamos na Nova República. Depois de 20 anos de ditadura militar, censura, prisões, perseguições, exílios e cassação dos direitos políticos, o colégio eleitoral elegeu o Presidente da República, **Tancredo de Almeida Neves**, que faleceu antes de tomar posse; assumiu a presidência da República o vice, José Sarney.

De 1985 a 1990, o país teve anos difíceis, de alta inflação, perdas salariais, greves dos trabalhadores, desemprego, tabelamento e vários planos econômicos: Cruzado (março/1986), Cruzado II (novembro/1986), Bresser (abril/1987), Verão (janeiro/1989) e Collor (março/1990), que modificaram nossas vidas todos os dias.

As imagens das manifestações públicas dos trabalhadores em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Brasília ainda estão em nossas memórias. É com essa lembrança, de ter participado das passeatas, greves, atos públicos e marchas que iniciamos esta unidade. Vamos dialogar sobre as lutas dos trabalhadores e as manifestações populares da sociedade civil, em defesa da vida e dos nossos direitos.

Você já compreendeu que a sociedade brasileira é capitalista, patriarcal e patrimonial. Isso quer dizer que, desde o início da colonização, os portugueses se apropriaram e exploraram as terras e as riquezas do país. Quando passamos do modelo agrário exportador para o urbano-industrial, notamos que, de um lado, temos os donos do capital, das indústrias, fábricas, bancos, comércio, hotéis, supermercados, fazendas e, de outro, os trabalhadores: homens, mulheres e crianças.

É patriarcal porque, durante muito tempo, os homens mandaram. Houve um momento na história em que os coronéis davam as ordens na política local, na fazenda e dentro de casa, ou seja, na mulher e nos filhos. Todos obedeciam ao coronel. Ele era o macho, forte, duro, que mandava e não chorava. Esse modelo patriarcal também se reproduziu na sociedade, no trabalho, na política e nas escolas. Uns decidiam, e a maioria obedecia, executando as funções e as tarefas.



Saiba Mais

Em relatório de 2010, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) constatou que o Brasil tem o terceiro pior Índice de Gini do mundo.

Esse índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0, maior é a igualdade econômica entre os habitantes; quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

O índice do Brasil era de 0,56, o que o equipara ao Equador.

Pior, somente em dois grupos de países: com índice de 0,59, estavam a África do Sul, Haiti e Tailândia; e com índice de 0,60, a Bolívia, Camarões e Madagascar, que são os países mais desiguais.

Segundo o Radar Social, um estudo divulgado em junho de 2005 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Econômicas - IPEA, 1% dos brasileiros mais ricos (1 milhão de pessoas) detém uma renda equivalente à da parcela formada pelos 50% mais pobres (86,5 milhões de pessoas).

Vamos falar de outra maneira: a sociedade brasileira é capitalista e composta por classes sociais. Quem controla os meios de produção, controla quem vai trabalhar no seu negócio. Por isso, falamos em contrato de trabalho e relações trabalhistas entre empregador e empregados.

É também uma sociedade patrimonial porque as práticas de alguns políticos têm sido tornar aquilo que é público, aquilo que pertence a todos, em bens particulares ou de um grupo de privilegiados, ou seja, é a prática de utilizar os bens públicos para uso privado, familiar ou próprio.

No Brasil, os donos do capital, como banqueiros, empresários das indústrias nacionais e internacionais, diretores das montadoras de automóveis e acionistas dos supermercados, aumentaram os seus lucros e riquezas e, consequentemente, os trabalhadores tiveram os seus ganhos reduzidos. Em algumas regiões do país, as pessoas não encontram trabalho. Alguns encontraram como alternativa o trabalho informal, e outros aceitaram condições precárias para trabalhar. Por isso, dizemos que a riqueza do país está concentrada nas mãos dos ricos e dos poderosos e que a maioria da população é explorada, sem acesso aos direitos sociais.

À medida que a sociedade brasileira foi se desenvolvendo, as duas classes sociais - donos do capital e trabalhadores - tornaram-se visíveis e seus interesses antagônicos e diferentes. Mesmo assim, não podemos nos esquecer de que o direito à moradia, à saúde, à velhice digna, à aposentadoria, ao transporte, à segurança, à água, ao trabalho, à informação, ao lazer, à cultura e à educação pública são direitos sociais. Todo ser humano tem direito a esses direitos! Eles resultam de conquistas e lutas, muitas lutas, dos nossos antepassados para que nós vivêssemos melhor. Vamos reafirmar.

A educação é um direito humano e social. Nós todos devemos lutar e defendê-la como um bem comum, público e universal. A educação nos torna humanos, nos faz seres sociais, políticos, históricos e culturais.

Dizia Paulo Freire: "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 1987, p. 52).

Os governos pretendiam, com os direitos sociais, conter os conflitos sociais e atenuar a distância entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres. Para isso, propuseram políticas públicas



Saiba Mais

Políticas educacionais são atos e ações intencionais e sistemáticas dos governos federal, estadual ou municipal que buscam encaminhar, conduzir, dar ou imprimir uma direção às questões da educação básica e superior no país.

Elas expressam o resultado do jogo de forças políticas, econômicas e sociais que se estabelecem no âmbito das relações de poder.

São resultado e resultantes dos embates entre governos nacionais, os organismos multilaterais, setor privado, setor religioso e militar, movimentos sociais, associações científicas e sindicatos.

Elas podem ser assumidas, executadas, modificadas, distorcidas ou transformadas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promulgada pela Organização das Nações Unidas - ONU em 10 de dezembro de 1948. Você pode acessar a Declaração no site da ONU.



governamentais focalizadas e compensatórias, e não políticas públicas como direito. Por um lado, buscaram, com os meios de comunicação, divulgar uma imagem de que se preocupavam com a população desprotegida, por meio de programas específicos e, por outro, introduziram na legislação trabalhista mecanismos de restrição à expansão desses direitos.

Historicamente, os direitos sociais têm sido pensados e praticados como se fossem favores feitos pelos governantes aos que se mostram agradecidos e obedientes. Os governantes procuraram a despolitização das questões sociais e reduziram-nas a problemas técnicos, dos burocratas, com algumas políticas compensatórias que aliviaram temporariamente a pobreza.

Os governos, para controlar ou mediar os conflitos, as ocupações de terras e as manifestações sociais, afirmam a preocupação com os pobres. Só que, na prática, as coisas vêm mudando depois de muitas lutas.

Mas por que isso acontece? Observe que, em nossa sociedade, a riqueza e a terra continuam concentradas nas mãos de poucos, e a maioria da população trabalha para sobreviver.

Para completar o quadro de desigualdades sociais, a educação pública foi negada aos trabalhadores/as durante muito tempo. As pessoas, principalmente as mulheres, não tiveram acesso à educação escolar, não tiveram acesso ao conhecimento, à cultura e às informações. Só mais tarde conseguiram romper algumas barreiras e aprenderam a lutar de forma organizada para defenderem os seus direitos.

Os direitos sociais referem-se ao reconhecimento expresso da população de um país sobre o significado social da educação, da cultura, do meio ambiente, do direito à habitação, à informação, à aposentadoria, à saúde, à água, ao lazer, ao transporte público, aos direitos trabalhistas. São direitos ligados ao mundo do trabalho e das relações sociais. Dizem respeito a todas e a todos. São instituídos na legislação e resultam das lutas e embates entre as forças políticas, econômicas e financeiras que dirigem o país, de um lado, e das lutas dos trabalhadores e dos movimentos populares, de outro, em disputas constantes.

As políticas sociais materializadas em programas, projetos, cursos, vacinação, seguro-desemprego, bolsa-família, cesta básica, horta solidária, passe livre estudantil, restaurante popular, farmácia

popular, Unidades Básicas de Saúde, Lei Maria da Penha, creches e escolas públicas, livro didático e material escolar são maneiras pelas quais os governos (federal, estaduais e municipais) garantem a todas as crianças, jovens e adultos o acesso aos direitos sociais.



Pratique

Converse com colegas de sua escola e construa uma lista de políticas sociais (federal, estadual e municipal) que vocês conhecem. Se conhece famílias que ainda não recebem alguma dessas políticas sociais, procure orientá-las para que possam receber seus direitos sociais.

Vamos ajudar a divulgar nossos direitos.

A partir da Nova República (1985), os profissionais da educação se organizaram em sindicatos, entidades científicas, associações, congressos, conselhos, fóruns e movimentos populares. Os trabalhadores da educação realizaram muitas greves, congressos de educação, elaboraram projetos de lei e o **Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira**. Participaram de audiências, organizaram seminários, debates, cursos e propostas de políticas em defesa dos direitos sociais, em especial a educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade social.

Se compreendermos que a educação pública é um direito humano e social e que cabe aos governos o financiamento adequado, nossa responsabilidade como cidadãos, educadores e gestores é contribuir para que as escolas públicas sejam instituições formadoras dos valores éticos, espaços de apropriação, socialização, transmissão e transformação da cultura, espaços da diversidade étnica, do desenvolvimento da capacidade de inventar, criar, inovar, propor, alterar, modificar, conhecer cientificamente, estabelecer relações, sonhar e elevar as pessoas para outro patamar de compreensão do mundo.

A cidadania também é uma conquista. Ser cidadão, educador e



Saiba Mais

Você pode consultar o movimento histórico da construção dos **Planos Nacionais de Educação e das Conferências Nacionais de Educação** no QR Code abaixo.





Refita

Vivemos numa sociedade marcada pelas desigualdades regionais, sociais e educacionais.

Como ser cidadão e cidadã num mundo em que a tudo se atribui valor comercial?

Pense: que gestos, atitudes e sentimentos não têm valor comercial?

gestor é comprometer-se, é não acreditar que as desigualdades sociais são naturais, que não ter assistência médica, emprego e educação pública é algo natural. Não. Não é assim. As situações foram postas dessa forma. A vida em sociedade é uma construção humana feita por homens e mulheres em constante movimento. Portanto, as desigualdades sociais e econômicas são resultados das ações humanas.

Cada uma das duas classes sociais têm interesses muito diferentes e, para sobreviver, busca sua própria fórmula, sua maneira. Os dominantes, que se apropriaram da riqueza, têm como objetivos implementar os meios para aumentar seus lucros e viver das rendas financeiras. Para os dominados – todos os trabalhadores –, além do trabalho diário, sua outra tarefa é lutar e defender os direitos sociais, sempre. Um dos instrumentos de luta dos que trabalham é a educação básica pública, visto que a formação, os conhecimentos e as informações auxiliam os cidadãos a fazerem suas escolhas.

Tudo tem preço, um valor? Quando ocorreu o processo de urbanização das cidades, tínhamos algumas necessidades básicas, que geraram em nós outras novas. Morar nas cidades significou outro estilo de vida, outros desejos e outras vontades e vaidades. Na cidade, viver significa saber se relacionar com as pessoas, compreender o outro, compreender o meio social, ambiental, as questões da seca ou do excesso de chuvas.

Somos todos estimulados a consumir os produtos disponíveis; todos os dias recebemos uma avalanche de propagandas, imagens, publicidade, outdoors, painéis e anúncios.

Algumas vezes, consumimos porque foi gerado em nós aquele desejo, aquela sensação de prazer estimulada por aquela propaganda na TV, no jornal, nos outdoors, no celular, no smartphone e no notebook. Temos que aprender a fazer escolhas e a tomar decisões.



Jovem com sacolas de compras em mãos. Fonte: Freepik



Refletir

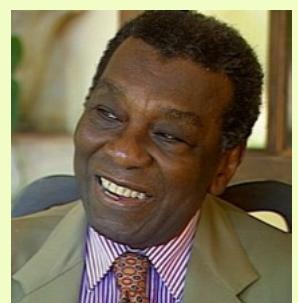
Conhecimento e informação nos auxiliam nas escolhas, nas decisões e na atribuição de valores subjetivos e materiais.

Os valores que atribuímos aos objetos e mercadorias são praticados em função de nossa educação no mundo, na escola e na família.



Saiba Mais

Milton Almeida Santos (1926-2001) foi um geógrafo, escritor, cientista, jornalista, advogado e professor universitário na Universidade de São Paulo - USP. Suas contribuições transformaram a compreensão da geografia e das ciências sociais no Brasil e no mundo.



Fonte: Wikimedia Commons



Pratique

Escolha uma das atividades para realizar na Prática Profissional Supervisionada - PPS.

1. Proponha uma reunião na sua escola para discutir os direitos sociais no seu bairro e no seu município. Comece pelos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes e dos idosos. Quais direitos não são cumpridos? Por quê?
2. Leia o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e separe alguns artigos. converse com outros funcionários da sua escola e, em seguida, escreva no Memorial: reflexões, dúvidas, questionamentos e ações que melhorem sua escola. Você pode acessar o ECA em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

3. Convide um profissional do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente ou um promotor da Vara da Infância para vir à sua escola e dialogar com toda a comunidade sobre o ECA. Aproveite!

Resumo

Saúde, habitação, cultura, transporte, aposentadoria, segurança, previdência social, lazer, água e terra são direitos sociais, resultado da luta dos trabalhadores em defesa da vida humana e coletiva.

Ser cidadão, educador e gestor é não acreditar que as desigualdades sociais, regionais e o desemprego são naturais. Elas são resultados da divisão de classes sociais: dominantes e dominados.

A educação pública é um direito social universal de homens e mulheres, em todas as idades; uma conquista dos trabalhadores e instrumento de desmistificação das injustiças.

Um dos instrumentos de luta dos trabalhadores é a educação pública, visto que o conhecimento, a formação, a cultura e a informação auxiliam os cidadãos a fazerem as suas escolhas, a participarem das decisões e a definirem os valores subjetivos e materiais.

Anotações



10

Identidade profissional e a construção do Projeto político-pedagógico



Identidade profissional e a construção do Projeto político-pedagógico

Vamos percorrer a sua escola e refletir sobre identidade, trabalho e o fazer profissional educacional. Quais são os espaços educativos e como eles são aproveitados? Que tipo de formação profissional a merendeira, a secretária, o vigia, o inspetor de estudantes, o caseiro, as auxiliares e o motorista devem adquirir para que possam atuar e reafirmar sua identidade profissional? O que demonstra na categoria profissional sua identidade? Em que medida o Projeto político-pedagógico (PPP) pode contribuir para transformar o fazer profissional dos trabalhadores e trabalhadoras em uma educação para a emancipação?

Então, vamos começar! O que você entende por democracia?

Democracia é um sistema de governo em que o poder de tomar decisões políticas está com o povo. Para usar uma frase famosa, democracia é o “governo do povo para o povo”. Democracia se opõe às formas de ditadura e totalitarismo, em que o poder reside em uma elite de donos do capital.

A partir de 1985, muitas lutas se efetivaram com o objetivo do retorno à democracia. Esse processo foi fruto da conquista lenta e histórica construída por meio da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais e populares. Em todo o país, ocorreram manifestações em defesa da democracia, e o sentimento de muitos expressava o desejo de vivenciar a cidadania.



Mulher chegando em escola. Fonte: Canva.



Saiba Mais

Para saber mais sobre **democracia e o surgimento da política**, assista à aula de Marilena Chauí.



As escolas públicas, em todas as regiões, passaram a receber muitos estudantes no período diurno e noturno, com atitudes ativas. Também é verdade que as empresas nacionais e internacionais cada vez mais passaram a exigir trabalhadores e trabalhadoras com escolaridade básica, que soubessem realizar tarefas mais complexas. Jovens e adultos procuraram a escola pública em busca de conhecimentos e de um diploma. Pessoas adultas retornaram às escolas ou procuraram cursos de capacitação e profissionalização.

As lutas sociais e populares abriram as possibilidades de democratização da sociedade e da escola pública. A atuação dos movimentos populares e sindicais, das entidades acadêmicas e das associações científicas pressionou os governos a adotarem políticas de inclusão social. Os movimentos populares protestavam e propunham caminhos de resistência e de contestação ao modelo de desenvolvimento econômico vigente. Houve por toda parte movimentos populares que reivindicavam a democracia, o emprego e os direitos humanos e sociais.

Os movimentos sociais e populares, as entidades científicas e os sindicatos se organizaram e passaram a exigir os direitos sociais como direitos de todos.

Os constituintes de 1988 captaram as aspirações nacionais em defesa dos direitos humanos e sociais, de tal maneira que o movimento pela democratização envolveu todo o país. São exemplos desse movimento: o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, o **Código de Defesa do Consumidor (CDC)**, o **Código de Trânsito Brasileiro (CTB)**, o **Estatuto da Pessoa Idosa**, o **Estatuto da Igualdade Racial**, a Lei nº 11.340/2006, chamada **Lei Maria da Penha**, que, entre outros, expressam as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras.

Como parte dessa sociedade dinâmica, complexa e em movimento, a escola pública passou a ser questionada no seu fazer pedagógico e na sua forma de organização. Questões como qualidade, reprovação e avaliação cresceram junto com as pressões pelo direito à educação pública, obrigatória, gratuita, laica, democrática e de qualidade social.

A educação básica pública, como direito do cidadão e dever do Estado, foi incorporada no pensamento da população brasileira. Além disso, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, nos artigos 7º e 14, instituíram os parâmetros da gestão democrática. Some-se, ainda,



Refletá

Então, na própria dinâmica de formação social e nos espaços públicos, surgiram as seguintes questões: por que existe uma organização vertical da escola?

Por que ocorre a centralização das decisões? Como são as formas de participação dos sujeitos da comunidade escolar?

Será que a escola tem autonomia? Qual a função dos conselhos escolares?

Por que não conhecemos o caminho do dinheiro destinado à escola pública?

Qual é o papel do/a diretor/a? E de que maneira podemos construir o Projeto político-pedagógico da escola?



Saiba Mais

Acesse o **Código do Direito do Consumidor**:



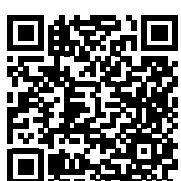
Acesse o **Código de Trânsito Brasileiro**:



Acesse o **Estatuto da Pessoa Idosa**:



Acesse o **Estatuto da Criança e do Adolescente**:



Acesse o **Estatuto da Igualdade Racial**:



o movimento organizado das entidades para a construção coletiva do Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014, construído nos congressos de educação e que apresentou outra alternativa de gestão da escola.

A sociedade está em mudanças e a escola pública está diante de questões que precisam de outras respostas e de outras atitudes coletivas. Você já percebeu que nosso trabalho dentro da escola mudou?

No Caderno A (Orientações Gerais), você viu que em algumas regiões do país houve vários cursos de capacitação para os funcionários e funcionárias das escolas públicas. Então, temos que avançar ainda mais. Todos e todas que trabalham nas escolas têm o direito de se organizar como categoria profissional e se capacitar para desenvolver melhor suas tarefas educativas.

Constituição Federal de 1988

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;



Saiba Mais

Acesse a
[Lei Maria da Penha](#):



V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Era comum nos discursos das autoridades políticas a repetição da necessidade de todos os brasileiros e brasileiras terem acesso aos direitos sociais básicos e, para isso, enfatizavam os termos "participação", "democracia", "qualidade" e "inclusão social". Mas, às vezes, a prática política era outra. Então, os movimentos populares, as entidades, os sindicatos e as associações que acompanhavam os processos demonstraram sua insatisfação e organizaram suas propostas políticas.

Desde a Constituição Federal de 1988, após muitas lutas e marchas a Brasília, conseguimos instituir na lei os DIREITOS SOCIAIS. No entanto, ainda precisamos continuar a lutar. Os direitos não são favores dos governos; são direitos de todos os homens e mulheres, LGBTQIAPN+, de todos e todas.

Vamos compreender o direito à educação!

Quando falamos do direito à educação, significa dizer que tivemos uma conquista social, pois está escrito, inscrito e reconhecido em toda a legislação do país. Vamos entender melhor o que compõe esse direito:

- **Acesso** significa matrícula na escola pública, gratuita, obrigatória, laica, com financiamento público, dever da família e dever e oferta do Estado, além de ações para o cumprimento das metas do PNE vigente.

- **Permanência** significa ter condições físicas adequadas, disponibilidade de livros e materiais didáticos suficientes, alimentação escolar adequada, transporte, equipamentos, banda larga e rede de internet, biblioteca atualizada, água tratada, além da valorização de funcionários e funcionárias com formação educativa, bem como professores e professoras para desempenharem suas funções e tarefas nas escolas.

- **Sucesso** significa que o estudante aprendeu, criou, inventou, apropriou-se de conhecimentos, da ciência, das artes, da cultura, da estética e consegue enxergar e atuar na sociedade com suas próprias decisões.

Para a realização desse direito na educação pública, a gestão democrática tornou-se um princípio fundamental. Observe que estamos nos afastando do modelo de escola tradicional e caminhando para uma escola onde todos participam das decisões. O Projeto político-pedagógico (PPP) é um dos instrumentos concretos de participação coletiva e plural.



Saiba Mais

SILVA, Maria Abádia. Do projeto político do Banco Mundial: ao projeto político pedagógico da escola pública brasileira. In: **Cadernos Cedes**, v. 23, n. 61, dez. 2003, p. 283.

VEIGA, Ilma Passos. **A educação básica e superior:** projeto político pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.

O que é o Projeto político-pedagógico (PPP)? Para que serve?

É um instrumento para o fortalecimento das ações e atividades de participação política da comunidade escolar. O PPP é um documento teórico-prático que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre todos da comunidade escolar. Elaborado coletivamente, aglutina os fundamentos políticos, filosóficos e éticos que a comunidade acredita e deseja praticar. Define os valores humanitários, princípios e regras de convivência social, define os indicadores de uma boa e consistente formação integral do ser humano e qualifica as ações e funções sociais que são responsabilidades da escola. É um instrumento que organiza, sistematiza e direciona o trabalho escolar, compreendendo o pensar e o fazer da escola, integrados por meio de ações que unem a reflexão, as atitudes e as ações.

Nesse sentido, a gestão democrática da escola se expressa na capacidade da comunidade escolar de construir e vivenciar práticas de acolhimento e de integração de todos os participantes nas tomadas de decisões. Isso inclui a definição de princípios e valores humanitários a serem praticados pela escola, o estabelecimento de indicadores de uma boa formação integral, o diálogo com

posições diferentes e o compromisso ético e moral voltado para a emancipação dos seres humanos.



Grupo em reunião. Fonte: Freepik

A gestão democrática se concretiza na disposição da comunidade escolar em definir seu PPP, assumir valores democráticos e justos, adotar posições e atitudes coletivas e integradoras, e escolher de forma responsável a afirmação da natureza pública da educação como um bem de todos. Isso ocorre em um contínuo exercício de democracia e justiça social.

Fruto das discussões entre as forças políticas e econômicas, empresários, movimentos sociais, associações científicas e sindicatos, a Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no seu art. 14, introduziu a gestão democrática a ser construída no interior das escolas. Veja que, pela legislação, podemos organizar a escola e tomar decisões de outra maneira. É isso que vamos explicar agora. Na sociedade, temos muitas instituições, e a escola também é uma delas. Encaminhamos nossos filhos para essa instituição desde muito cedo para que lá, junto com outras crianças, eles possam crescer, criar, inventar, aprender, sonhar e viver em sociedade. Nós que trabalhamos na escola e nós que somos pais e mães, já percebemos que temos que participar da escola de outra maneira.

Mas como? No **Conselho Escolar**.



Atenção

O **Conselho Escolar** é uma instância composta por diretores, professores, coordenadores, estudantes, pais e comunidade, que juntos planejam, elaboram e tomam as melhores decisões.

É um espaço em que todos podem participar, apresentar propostas, discuti-las e construir coletivamente o PPP, decidindo assim que tipo de escola e quais valores queremos.

Vamos continuar! Nosso diálogo é sobre a identidade e a atuação profissional das merendeiras, auxiliares de limpeza, secretários, porteiros, vigias, motoristas e o caseiro da escola. Pense sobre isso: **como o Projeto político-pedagógico, que orienta todas as ações da comunidade escolar, pode ser instrumento de desenvolvimento humano e profissional dos funcionários e funcionárias?**

O que significa ter identidade profissional?

Toda e qualquer identidade individual ou coletiva é construída pelo sujeito humano-histórico ao imprimir sua visão de mundo nas suas ações, posições, valores e atitudes. A construção de **identidades** se vale da matéria-prima absorvida pela História, Sociologia, Política, instituições produtivas, instituições sociais, memória coletiva, aparatos de poder, doutrina religiosa, processos educativos e da cultura que, processados pelos cidadãos e cidadãs, nos grupos familiares, sociais ou por categorias profissionais, reorganizam seu significado e sentido em função de valores subjetivos e materiais, das relações de poder, do modo de produção e do projeto de sociedade.

Entende-se por identidade o conjunto de símbolos, significados, signos, experiências, rituais, códigos, linguagens e ações práticas e teóricas que congregam aqueles que se identificam com eles. Esses elementos revelam uma distinção entre o eu e o outro, nós e eles.

A identidade, sempre em contínuo processo de construção e reconstrução, adquire maior força e expressão quando os cidadãos e cidadãs se encontram em posição desvalorizada dentro da sociedade dividida em classes sociais. Para redefinir sua posição no mundo do trabalho e na hierarquia social, desencadeiam ações e processos de transformação nas estruturas e práticas sociais profissionais. A identidade emerge das práticas histórico-culturais dos grupos ou das categorias profissionais em torno de um objeto social que os unificam num todo ou que os fazem distintos e específicos numa sociedade.



Cerimônia de formatura. Fonte: CEPEF

Dessa maneira, os funcionários das escolas estão em processo de reconstrução de sua identidade profissional. Isso significa que suas práticas profissionais contêm elementos que os distinguem entre os demais trabalhadores, e neste momento buscam redefinir sua posição e reconhecimento no mundo do trabalho, especialmente no campo da educação.

Vamos apresentar quatro elementos que contribuem para dar visibilidade à identidade profissional:



Elementos de visibilidade da identidade profissional. Fonte: Elaboração própria.

Vamos compreender cada um desses elementos.



Vocabulário

Ethos profissional refere-se ao conjunto de costumes e hábitos, no âmbito do comportamento, das instituições, dos afazeres e da cultura, característicos de uma determinada coletividade ou atividade profissional.

Objeto social – São grupos sociais ou categorias profissionais unidos em torno dos direitos sociais ou em defesa dos **ethos** de uma profissão reconhecida e aceita. Por exemplo, trabalhadores das escolas públicas.

Símbolos, significados, códigos e linguagens – São logomarcas, termos, palavras e outros objetos simbólicos escolhidos pelas categorias profissionais, os quais reforçam a própria identidade profissional, reconhecem-se e são reconhecidos mutuamente e identificados na sociedade. Por exemplo, a logotipo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).



Saiba Mais

Não deixe de ler:

Parecer CNE/CEB nº 16/2005, aprovado em 03/08/2005, que trata da proposta do Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar.

Resolução CNE/CEB nº 5/2010, que fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública.

Emenda Constitucional nº 59, que ampliou a obrigatoriedade da educação básica no Brasil.

Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Posição social e reconhecimento da sociedade – É o reconhecimento e aceitação pela população de um grupo social ou categoria como parte integrante e necessária na vida em sociedade, contribuindo mutuamente na interação e no trabalho que desempenham.

Experiências e práticas profissionais de organização no mundo do trabalho – É o acúmulo de experiências e práticas de um grupo social ou categoria, reconhecidas pela sociedade, envolvendo suas formas de organização e reivindicação como profissionais na defesa dos interesses do grupo ou da categoria profissional, socialmente aceitos e reconhecidos.

Agora, três elementos do fazer profissional dos funcionários e funcionárias das escolas públicas:

Primeiro, o cotidiano na escola está passando por transformações significativas. Espera-se que a escola pública desempenhe novas funções e exige-se uma postura diferente daqueles que trabalham com nossas crianças, adolescentes e adultos. Estamos em transição da fase em que qualquer pessoa podia trabalhar na escola por indicação política ou nomeação clientelista para uma fase de ingresso por meio de concursos públicos e profissionalização desses trabalhadores, capacitando-os como educadores e gestores.

Segundo, o movimento histórico e cultural, a organização em categoria profissional em torno da unidade teórico-prática específicos que os identifica e os distingue de outros trabalhadores traz à tona a discussão sobre a sua posição no mundo do trabalho, no campo da educação pública. Na realidade, por meio da organização em suas entidades, os trabalhadores da educação conquistaram, na legislação, um suporte que os qualifica como educadores e gestores.

Este Curso Técnico de Formação para os funcionários e funcionárias da educação introduz, de fato, uma mudança na legislação educacional e seu reconhecimento, transformando-os em educadores. Também resulta de marchas, passeatas, audiências, greves e lutas em defesa da profissionalização e da redefinição de suas identidades profissionais.

Terceiro, são trabalhadores em ocupação requisitada na sociedade, que caminham para a formação, organização e construção da identidade profissional, expressa de maneira coletiva e permanente por um grupo social ou uma categoria de trabalhadores. A identidade profissional é a alma que alimenta e dá vida a uma categoria específica de trabalhadores e trabalhadoras, seja através dos códigos e linguagens, dos símbolos, significados e sentidos, ou das práticas profissionais que expressam o sentimento de pertencimento a um grupo ou categoria.



Pratique

- 1.** Converse com a direção de sua escola sobre a construção do Projeto político-pedagógico (PPP) e, juntos, organizem uma maneira mais eficaz de todos participarem e assumirem as decisões. Proponha uma participação coletiva e democrática. Crie! Invente!

- 2.** Converse com o/a tutor/a e organize um encontro presencial de Prática Profissional Supervisionada. Se no seu município ou região tiver uma Faculdade de Educação, convide um/a professor/a para, junto com a comunidade escolar, vir discutir e propor ações para integrar e fortalecer a identidade dos funcionários e funcionárias no PPP da escola. Aproveite! Crie!

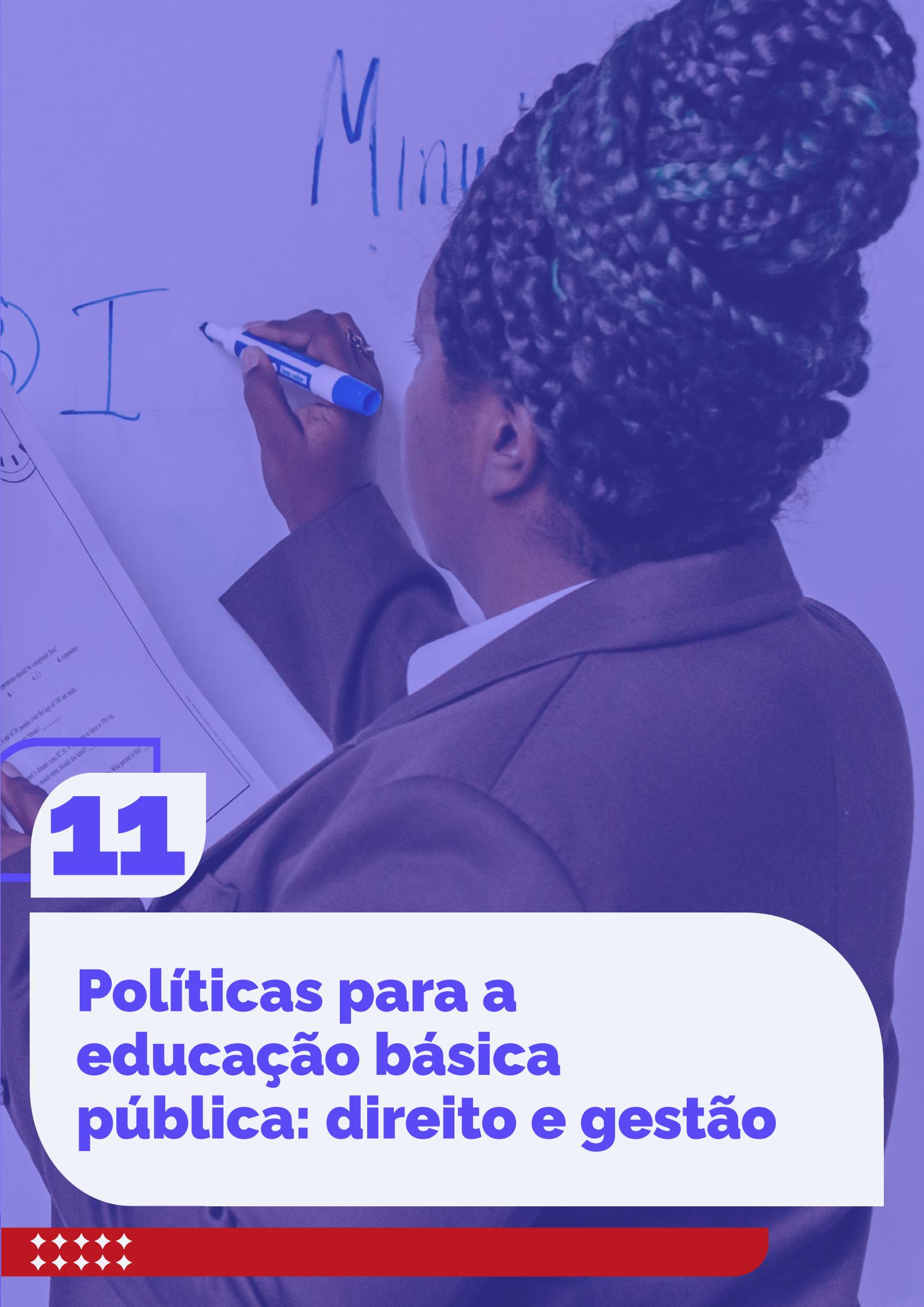
Resumo

Para finalizar esta reflexão, vamos lembrar de algo importante: a educação pública é uma conquista dos trabalhadores. Não basta estar na escola, é preciso educar para a transformação, para a emancipação. Trabalhadores pertencentes a uma classe social dentro da sociedade capitalista possuem direitos individuais e sociais. As lutas por direitos não são apenas de quem trabalha na educação – professores ou funcionários –, mas de todos os trabalhadores organizados em seus sindicatos, associações, confederações ou nos movimentos populares que lutam em defesa de melhores condições salariais, de vida e de trabalho, em qualquer atividade que exercem. A escola pública que queremos apoia e valoriza os homens e mulheres – profissionais da educação – que atuam nos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem em todos os espaços escolares, rumo a uma sociedade democrática, plural e justa.

Os trabalhadores não esperam as mudanças, mas é por meio de suas lutas e organização que as mudanças se realizam.

Anotações





Políticas para a educação básica pública: direito e gestão



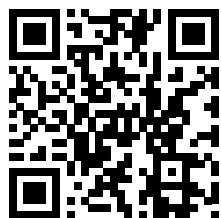
Políticas para a educação básica pública: direito e gestão

Nesta unidade, vamos tratar das políticas para a educação básica adotadas pelo governo federal desde 1990 até 2024, bem como sua relação com o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com os empresários nacionais e internacionais.



Saiba Mais

Experimente fazer uma pesquisa sobre o **Consenso de Washington** em um sistema de busca da internet, como o Google Acadêmico.



Em 1989, em Washington, nos Estados Unidos, realizou-se um evento com os governos e ministros de Estado de vários países capitalistas desenvolvidos para decidirem o que fazer com aqueles cuja economia crescia num ritmo muito lento. Os governos e ministros que participaram do evento discutiram um conjunto de medidas que foram propostas e assinadas com o compromisso de aplicá-las em seus países. O evento ficou conhecido como **Consenso de Washington**. O Brasil esteve presente com os seus representantes e assinou o documento com as medidas a serem implementadas.

Algumas das medidas que estavam no documento:

- privatizar empresas estatais;
- melhorar a estrutura de portos para exportação e importação de produtos e mercadorias;
- permitir a entrada de bancos e várias empresas multinacionais;
- permitir a liberdade comercial e econômica;
- conter os investimentos no campo social;
- permitir que os juros ficassem altos para atrair os investidores externos;
- reduzir a presença do Estado na oferta dos direitos sociais;
- favorecer a liberdade para a circulação de capitais externos para entrar e sair do país sem atropelos e prejuízos; e
- realizar as reformas tributária, trabalhista, da previdência, administrativa e da educação.

Ao estar de acordo com essas propostas, o governo brasileiro começou a tomar medidas internas para ajustar a vida econômica

e social do país àquilo que tinha sido proposto e assinado.

Dos anos 90 em diante, o mundo todo viveu processos de mudanças importantes, como por exemplo: surgiu o microcomputador, smartphones, telefone celular, iPhone, banda larga, internet, redes sociais, WhatsApp, o avanço das pesquisas no campo da genética, o laser, a microeletrônica, o controle remoto, o micro-ondas, a secadora, a máquina de lavar roupas etc. Na política, os países se reagruparam pelo poder bélico e pelo poder econômico. Organizações financeiras como Banco Mundial, Unesco e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico - OCDE, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a Organização Mundial do Comércio - OMC formam o grupo dos donos do capital internacional.

Essas instituições financeiras são guardiãs dos interesses dos credores e têm muito poder político para pressionar os governos dos países que necessitam de empréstimos externos para ajustar suas economias. Na verdade, os países devedores que assinaram o documento do Consenso de Washington fizeram uma opção por modelo econômico neoliberal a ser seguido e implementado.

Vamos, então, refletir sobre quais são as medidas desse modelo econômico neoliberal a ser implementado pelos governos dos países devedores. Algumas delas são: adotar medidas para a privatização das empresas estatais; reduzir a quantidade de dinheiro para os investimentos sociais (saúde, educação, cultura, previdência); permitir a entrada de empresas multinacionais e bancos privados; adotar políticas para diminuir o número de funcionários públicos; privatizar as rodovias; fazer uma poupança interna chamada superávit primário para continuar pagando os credores externos; manter os juros altos e os salários baixos; favorecer os empresários nacionais com isenção de impostos; e induzir a população a pensar que não há diferença entre o que é público e o que é privado.

Após a gestão do ex-presidente **Fernando Collor de Mello** (1990 a 1992), os governos federal, estadual e municipal fizeram e estão fazendo muitas modificações na educação. Políticas para a educação infantil, a educação profissional e tecnológica, o ensino médio e a educação superior estão sendo redefinidas. Essas mudanças são induzidas por políticas externas e por pressões internas dos empresários, que veem na educação uma oportunidade de negócio comercial.

Para aprofundar nossa reflexão, vamos observar os impactos na educação básica pública. Em todo o país, de 1990 em diante,



Saiba Mais

SILVA, Maria Abádia.;
SILVA, Maicon.;
FERREIRA, Neusa.
Governar por números:
política da Organização
para a Cooperação
e Desenvolvimento
Econômico para a
educação básica.
**Revista Brasileira de
Educação**, v. 27, 2022.
Disponível em:





Saiba Mais

Fernando Collor de Mello (1949-) é um político e empresário brasileiro, tendo sido eleito presidente do Brasil entre 1990 a 1992. Em seu mandato ocorreram tentativas de modernização econômica e conflitos políticos. Mesmo após sua renúncia, a Câmara dos Deputados aprovou o seu impeachment em setembro de 1992.

Para a educação, no documento "Brasil: um projeto de reconstrução nacional (1991)", propôs compartilhar responsabilidades iguais, descentralizar atribuições e funções dos governos, sociedade e iniciativas privadas, reforçar a ideia de articulação com o setor empresarial e organizações não governamentais.



Fonte :MELLO, Fernando Collor. Brasil: um projeto de reconstrução nacional. Brasília: Senado Federal, 2008.

os governos estaduais vêm tomando as seguintes medidas: descentralização do ensino, implantação de sistema de avaliação institucional, adoção dos parâmetros curriculares nacionais, redução do financiamento público, convocação da comunidade escolar para participar e contribuir com a escola, estimulação da educação a distância, adesão às plataformas digitais, terceirização dos serviços de infraestrutura, mecanografia, segurança e alimentação escolar, contratação temporária de professores etc. Essas medidas reconfiguraram a educação ajustando-a para subordinar-se às leis de mercado.

Na educação básica pública, uma das modificações significativas foi a criação, em 1997, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - Fundef. Com isso, entre outras questões, em algumas regiões do Nordeste houve um acréscimo salarial dos docentes, o que não significou um patamar salarial adequado, visto que a União ainda não cumpriu o valor mínimo por aluno determinado na lei.

Em 2007, o **Fundef** foi substituído pelo **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)**, que trouxe algumas correções importantes, como a ampliação do financiamento público para toda a educação básica e a Lei nº 14.113/2020, do Fundeb permanente, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal. Isso foi um avanço significativo, mas a luta precisa continuar.

Ao longo desses anos, duas medidas do governo federal reduziram os investimentos em educação pública.

Primeiro, o artigo 212 da Constituição Federal de 1988 foi modificado pela Emenda Constitucional nº 14, que autorizou o governo a contingenciar parte do dinheiro por meio da Desvinculação de Receitas da União - DRU. Vamos explicar. A educação e a saúde têm uma porcentagem de recursos financeiros vinculados por lei, só que o governo federal pode desvincular, ou seja, pode reter uma parte do dinheiro para fazer o que quiser. A partir da Emenda Constitucional nº 59/2009, esse contingenciamento deixou de ser aplicado à educação, o que acrescentou alguns bilhões de reais ao orçamento da educação, mas há sempre o receio de que o orçamento para a educação volte a ser mutilado. Nesse momento, as associações científicas e movimentos populares e



Saiba Mais

Acesse a **Lei nº 14.113/2020**, que institui o Fundeb permanente.



Saiba Mais

Para ampliar seu conhecimento, acesse o texto de Dante Henrique Moura, intitulado "[Algumas possibilidades de organização do ensino médio a partir de uma base unitária: trabalho, ciência, tecnologia e cultura](#)", e reflita com seu/sua tutor/a sobre a temática.



Sabemos que a garantia efetiva ao direito e à educação em nosso país é uma luta permanente. O modo de produção econômico e



Saiba Mais

SILVA, Maria Abádia. Pressões externas na educação pública: dissensos e gestão. In: **Revista Retratos da Escola** ESFORCE, CNTE, Vol. 3, 2009.

SILVA, Maria Abádia. O consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. In: **Linhas Críticas**, vol.11, n° 2, 2005, p. 255.

SILVA, Maria Abádia. Dívida externa e gestão educacional. In: **Linhas Críticas**, n.º 18, Vol.10, jan/ jun, p. 85 a 99, 2004.

as estruturas sociais aqui instaladas revelaram condições históricas de discriminação e de negação dos direitos e do acesso aos bens culturais. Somos uma nação construída na diversidade étnica, cultural e regional, fruto de uma formação heterogênea. Ainda há muitos estudantes em idade escolar fora da escola básica em todas as regiões do país. Há um número significativo de estudantes que terminaram o ensino médio e estão sem perspectivas de estudo e de trabalho. Portanto, os direitos sociais, entre eles a educação básica pública, em qualquer dos níveis, são uma conquista e não podem ser tratados como um negócio rentável e lucrativo.

De fato, a sociedade brasileira enfrenta duas concepções antagônicas e distintas de educação. Uma delas considera a educação básica pública como um direito humano, universal e social. Defende a educação escolar pública como um instrumento essencial para o desenvolvimento social, cultural, político e econômico do país, garantindo os direitos básicos de cidadania, justiça social e valores democráticos.

Essa concepção de educação como um direito humano, universal e social promove uma prática de gestão escolar democrática, baseada em valores como respeito aos direitos humanos, justiça social, inclusão, liberdade de expressão e pluralidade de ideias. Reconhece o Projeto político-pedagógico como fundamental para unificar as identidades da escola.

A outra concepção concebe a educação como um produto a ser comercializado; enfatiza uma visão neoliberal, tecnicista, pragmática, utilitária e mercantil que ganhou forças nas proposições do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com a anuência do governo federal e empresários nacionais ao postularem a educação como mercadoria. Um serviço a ser explorado pelas mesmas regras do mercado livre e competitivo. Os defensores dessa visão dizem que a função da escola é formar trabalhadores qualificados para o trabalho.

Essa concepção de educação defendida por empresários, fundações privadas e governos federal e estadual reduz a formação escolar a treinamento dos trabalhadores e trabalhadoras para disputarem empregos, para resistir às crises de desemprego. Defende uma formação tecnicista e pragmática pautada nos valores do individualismo, empreendedorismo e resiliência, e exalta as competências e habilidades. Nessa concepção, a gestão escolar

é dirigida pelo líder, gerente, capaz de cumprir metas, alcançar resultados e indicadores internacionais. A visão do líder é aproximar a escola pública da empresa ou da fábrica.

Então temos um grande desafio!

Compreender quais são, como atuam e em que direção agem as forças políticas e econômicas externas que, junto com os ministros, secretários de educação, fundações privadas e empresários nacionais, defendem uma política para a educação brasileira em todo o país. Além disso, quais são e como atuam as forças empresárias nas decisões de políticas para a educação básica pública?

Acredito ser necessário afirmar que a educação não é uma mercadoria nem um produto para venda. Educação é um direito humano universal e social de homens e mulheres de todas as idades. O financiamento público para o ensino e a pesquisa não deve ser baseado apenas no valor do produto comercializado no mercado a todo momento. Deve-se priorizar o valor social e a possibilidade de melhorar as condições e a qualidade de vida da população. Os direitos sociais conquistados não devem ser negociados ou substituídos pelos interesses comerciais e de mercado.

A gestão escolar fundamentada no PPP promove e fortalece espaços coletivos e plurais de decisão rumo a uma sociedade mais humana, inclusiva e democrática.

Este é o cenário da luta coletiva! Prossigamos!



Pratique

Escolha uma atividade:

1. Convide um/a professor/a e um/a funcionário/a de sua escola para juntos participarem de uma reunião do Conselho Escolar. Escreva algumas ideias sobre como funcionários e funcionárias podem participar como educadores no Conselho Escolar.



Refita

Que concepção de educação sua escola desenvolve?

O que temos feito para garantir às crianças, adolescentes e adultos o direito à educação?



Refita

"A atividade administrativa não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender às necessidades e interesses de pessoas e grupos. Da mesma forma, a educação escolar não se faz separada dos interesses e forças sociais presentes numa determinada situação histórica."

Fonte: PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Editora Cortez, p. 19, 2012.

2. Junto com o/a tutor/a e os colegas de sua escola, programe-se para ir ao cinema ou a outra atividade cultural na cidade.

Divirta-se. Tire um tempo para você.

Resumo

Nesta unidade, estudamos que o mundo capitalista está sendo reorganizado pela ideologia neoliberal que se propõe revitalizar o capitalismo de forma a preservar a divisão estrutural de classes.

Nesse sentido, organismos internacionais de financiamento e os fóruns capitalistas, através de acordos e consensos, impõem aos países pobres e em desenvolvimento a adoção de políticas que fortalecem o capital internacional e fragilizam as políticas públicas sociais. Como a educação é um direito humano e social, que absorve, em geral, a maior fatia percentual dos orçamentos públicos, quase sempre está no alvo dos que têm interesse em diminuir o papel do Estado.

A educação é um direito humano, social e subjetivo; é sempre uma conquista, pois muitas pessoas não têm ou ainda não tiveram acesso a ela. Outros já passaram por ela, mas não aprenderam.

Também há aqueles que têm interesse em transformá-la em mercadoria, o que exige das organizações sociais estar de prontidão para defendê-la e ampliar esse direito com qualidade social.

A privatização da educação pode expressar-se de duas maneiras: na redução ou realocação de recursos públicos da educação básica e ensino superior, ou na destinação dos recursos públicos para o setor privado, seja pela concessão de bolsas de estudo, benefícios tributários, isenção de impostos, seja pela reconfiguração da educação, disponibilizando-a aos empresários como um negócio rentável e lucrativo.

O governo federal e parte dos estados e municípios estão dispostos a modificar a educação pública brasileira na

legislação constitucional, tanto que adotaram como política para a educação a redução de investimentos públicos, recursos públicos distribuídos de acordo com os resultados previamente estabelecidos, padrão de qualidade e produtividade a ser incorporado, avaliação dos resultados e um modelo de gestão gerencial-racional.

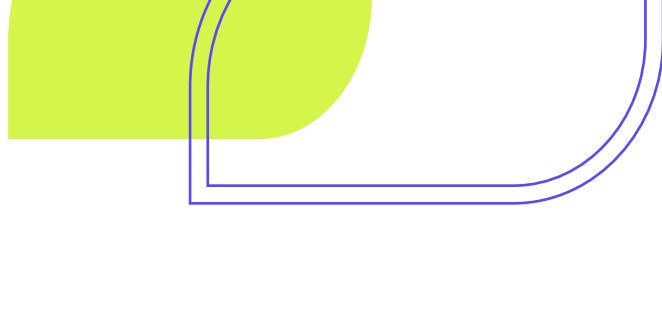
A sociedade civil organizada em sindicatos, associações, movimentos populares e organizações não governamentais participaram e continuam participando ativamente dos processos de desenvolvimento da educação nacional. Apresentam propostas alternativas construídas nas lutas e nos espaços democráticos de participação. O que se pode afirmar é que o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos governos é incompatível com a extensão dos direitos sociais à população e com a política de investimentos públicos adequados na educação básica e no ensino superior.

Por último, a escola pública é o espaço por onde passa uma parcela significativa de nossas crianças e jovens, cada vez mais equipados com tecnologias e diferentes capacidades e visões de mundo, provenientes de diversos tipos de família, muitos deles em busca de valores, princípios, atitudes, limites e sentido para a vida. Eles buscam sonhos, vida digna, trabalho e utopias.

Nós, trabalhadores da educação, devemos estar preparados para acolhê-los, conviver com eles e proporcionar experiências com valores morais, éticos, princípios e conteúdos que promovam uma formação escolar e humana valorosa.

Funcionários e professores, o desejo de aprender constitui parte do ethos da profissão. Sigamos!

Anotações



Palavras finais

Espero ter contribuído para melhorar sua formação teórico-prática profissional. Que os conhecimentos adquiridos possam auxiliar você a refletir sobre seu trabalho na escola, na cidade onde mora, e a estar em melhores condições para saber lidar com as transformações em curso.

Neste Caderno, procurei dialogar com você sobre as formas de organização da escola pública e da educação, destacando a presença e as formas de atuação dos funcionários e funcionárias, para que você possa ampliar horizontes, ações, olhares e reflexões.

A busca pelo conhecimento nos move. Saiba que a identidade profissional se constrói e reconstrói, sempre, todos os dias, num *continuum*.

Prossiga!
Profa. Abádia



Referências

ALVES, Rubem. Gaiolas e asas. **Opinião/Folha de S.Paulo**, 5 de dezembro de 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0512200109.htm>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BENEVIDES, Maria Victória. Cidadania e direitos humanos. In: **Cadernos de pesquisa**. São Paulo: Cortez, n. 104, jul. 1989.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. A educação brasileira no período Joanino. In: BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **A construção da universidade baiana**: objetivos, missões e afrodescendência. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 129-141. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-08.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. **CLBR**, 1827. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lm/LIM..-15-10-1827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Obras complementares de Rui Barbosa**. Reforma do ensino primário. Rio de Janeiro: Vol. X, tombo IV, 1883, p. 108-109.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.** Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação Básica. Brasília. 2004.

Brasil. Ministério da Educação. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação:** em cena, os funcionários de escola. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em_cena.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16/2005. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar. Brasília, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb016_05.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

CARDOSO, Ciro Flamaron. **A afro-América:** a escravidão no Novo Mundo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem.** Brasília: Editora UnB, 1981.

CUNHA, Luis Antônio.; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e as verbas da educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 nov. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público.** Goiânia: UFG, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Marta T. (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil.** Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

FONSECA, Marília.; ALENCASTRO, Ilma Passos Veiga. (Orgs). **As dimensões do projeto político pedagógico.** Campinas: Papirus, 2001.

FREIRE, Ana Maria. **Analfabetismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 20ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso.** Petrópolis: Vozes, 1998.

HILSDORF, Maria Lucia. S. **História da educação brasileira:** leituras. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003.

MANIFESTO dos Pioneiros da Escola Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 65, n. 159, 1984, p. 407-425.

MANIFESTO: mais uma vez convocados. **Revista Educação e Ciências Sociais**, ano IV, v. 4, n. 10, 1958.

MELLO, Fernando Collor. **Brasil:** um projeto de reconstrução nacional. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243024>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MONLEVADE, João Antonio Cabral. **Funcionários de escolas**

públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis? Brasília: IDEA, 1996.

MOURA, Dante Henrique. **Algumas possibilidades de organização do Ensino Médio a partir de uma base unitária:** trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7177-4-2- algumas-possibilidades-organizacao-ensinomedio-dante-henrique/file>. Acesso em: 29 maio 2024.

O MEGANEGÓCIO da educação. **Revista Exame**, nº 7, 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Maria Luisa. **História da Educação Brasileira**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAVIANI, Dermerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

SILVA, Maria Abádia. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Cadernos Cedes**, v. 23, n. 61, 2003, p. 283-301. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ghxkCxNyHpsGrB9PQP4GybT/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, Maria Abádia. **Intervenção e Consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas: FAPESP/Autores Associados, 2002.

SILVA, Maria Abádia. O consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, v. 11, n. 21, 2005, p. 255-264. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3251>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, Maria Abádia. Pressões externas na educação pública: dissensos e gestão. **Revista Retratos da Escola**, v. 3, n. 4, 2009, p. 95-106. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/104>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, Maria Abádia.; SILVA, Maicon Donizete Andrade.; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. Governar por números: política da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico para a educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qdwqLQwJJgsGsQyMt8qN8Rs/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SILVA, T. T.; GENTILLI, Pablo (Orgs). **Escola S. A:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

SOUZA, Hebert. **Quem governa o Brasil?** Folha de São Paulo, 11/08/1999.

STEPHANO, Maria.; BASTOS, Maria Helena Câmara. **História e memória da educação no Brasil.** Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Editora Vozes, v. 1, 2004.

STEPHANO, Maria.; BASTOS; Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Séculos XXI. Petrópolis: Vozes, v. II, 2005.

TEIXEIRA, Anísio Espíndola. **Educação é um direito.** Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

TEIXEIRA, Anísio Espíndola. **Educação não é privilégio.** Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

TEIXEIRA, Anísio Espíndola. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro, v. 37, n. 86, 1962, p. 59-79. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/554>. Acesso em: 12 nov. 2024.

TEIXEIRA, Francisco Maria Pires. OSPB: **Organização social e política brasileira.** 18. ed. São Paulo: Ática, 1990.

VEIGA, Ilma Passos A. **Educação básica e educação superior:** projeto político pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.

Curriculum da autora



Professora, esposa e mãe, **Maria Abádia da Silva** é natural de Cruzeiro da Fortaleza (MG), filha de trabalhadores que saíram do campo para viver na cidade. Estudou o primário no Grupo Escolar Afonso Pena Júnior e cursou toda a educação básica em escolas públicas. Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Franca. Possui mestrado e doutorado em Educação e Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Desde 2022, é professora titular da Universidade de Brasília, na Faculdade de Educação, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Educação e na Graduação em Pedagogia. Seus estudos e pesquisas se concentram na

área da educação, com ênfase na História da Educação Brasileira e nas Políticas para a Educação Básica, abordando temas como formação de professores, políticas educacionais para a educação básica, Banco Mundial, gestão de sistemas e gestão escolar. Possui diversos artigos publicados em periódicos científicos, além do livro "Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial", publicado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) / Editora Autores Associados.



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

